

# Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Entra em vigor regra de compras on-line** ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Sistema deve agilizar liberação de importações** ..... 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Haddad devolve onça de ouro recebida de sauditas** ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Shein e AliExpress vão aderir a programa de compras de até US\$ 50** ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**"Zerar imposto de importado é um suicídio econômico"** ..... 9

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Parlamentares voltam do recesso com 14 MPs pendentes** ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Programa Litígio Zero é prorrogado até dezembro** ..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

**Governo libera uso do ponto** ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

**Centro-Oeste cresce quase o triplo da média e puxa geração de empregos** ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SERVIDOR PÚBLICO

**BC brasileiro conseguiu "pouso suave", diz Goldman Sachs** ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Economia domina a pauta no retorno do Congresso** ..... 20

O GLOBO ONLINE - RJ - PODCAST  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**CPIs, reformas e votações cruciais: a agenda do Congresso após o recesso** ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Brasil segue com os juros mais altos do mundo - MERCADO S/A** ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Dúvidas sobre as reformas** ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Congresso precisa desarmar a bomba fiscal (Editorial)** ..... 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária e a recuperação de tributos (Artigo) ..... 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado diverge sobre corte da Selic ..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jaques Wagner rechaça pressão do centrão pelo Bolsa Família ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da Tributária defende teto de alíquota na Constituição ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

70% do mercado vê Selic 0,25 menor ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI elogia Brasil, mas cobra meta fiscal rígida ..... 34

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

E a reforma administrativa? (Artigo) ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma tributária complexa, porém necessária - LUIZ SCHYMURA ..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI aponta riscos de implementação do arcabouço ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CAE do Senado terá audiências públicas para discutir tributária ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que "deve haver" conversa com Lula para aprimorar coalizão ..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Textos das reformas estão complexos demais, dizem economistas ..... 42

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: CPMI dos atos golpistas divide atenções com reforma tributária no Senado  
..... 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Caixa vai repassar R\$ 12 bi ao Tesouro após achar erro em depósitos judiciais ..... 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Argentina usa recursos da China para pagar FMI ..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fraqueza econômica da China alimenta temor de deflação ..... 49

---

Terça-Feira, 1 de Agosto de 2023

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministros elevam pressão por corte maior de juros..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Incerteza é a menor desde novembro de 2017, indica FGV..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Nordeste puxa crescimento em 2023, mostra estudo..... 54

# Entra em vigor regra de compras on-line

**edla lula**

A partir de hoje compras internacionais feitas por comércio eletrônico terão a alíquota do Imposto de Importação - correspondente a 60% do valor da mercadoria - zerada para compras em valores abaixo dos U\$ 50,00 (aproximadamente R\$ 240,00). O benefício só valerá para empresas que aderirem ao programa Remessa Conforme, que busca regularizar as compras feitas por pessoas físicas por meio da internet.

Em troca do cadastramento, que deve ser feito voluntariamente pelas empresas, o programa promete, além da isenção do tributo, tratamento aduaneiro mais célere e econômico para empresas de comércio eletrônico que cumpram voluntariamente os critérios definidos.

A **Receita Federal** fará previamente a análise das encomendas, antes mesmo da chegada da aeronave e liberará imediatamente aquelas consideradas de baixo risco, após serem escaneadas.

As encomendas liberadas poderão seguir diretamente para os consumidores.

Por outro lado, a empresa que aderir ao Remessa Conforme, terá que pagar Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) de 17% ao estado destino.

Também precisará fazer a declaração de importação e pagamento dos **tributos** antes da chegada da mercadoria. O vendedor será obrigado a informar ao consumidor a procedência dos produtos e o valor total da mercadoria, incluindo o valor dos **tributos** federais e estaduais.

A empresa que optar por não aderir ao programa, terá que recolher o Imposto de importação, de 60%, e ainda pagar o ICMS aos estados. O objetivo da medida é regularizar a entrada de mercadorias estrangeiras no país por meio do comércio eletrônico.

Por uma lei existente desde 1999, pessoas físicas que compram de outras pessoas físicas permanecem com a isenção do imposto em compras de valor inferior a U\$ 50,00.

Com o crescimento do comércio eletrônico, proprietários de empresas de e-commerce vinham aproveitando essa brecha na lei para, fazendo-se

passar por pessoas físicas, enviarem as mercadorias para seus clientes sem ter que pagar os **impostos**.

Em abril, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia anunciado o fim do benefício tributário. Mas houve forte reação, até mesmo a primeira-dama Janja da Silva chegou a pedir ao ministro para "não taxar as "blusinhas"". O ministro voltou atrás para anunciar, em junho, o novo modelo que pudesse comprometer as empresas, mas que poupasse o consumidor, uma vez que a maior parte das pessoas que fazem esse tipo de compra são das classes mais populares.

Após se reunir com representantes de alguns dos sites de market places mais populares, como Shein, Shopee e Aliexpress, Haddad lançou o plano de conformidade que passa a valer hoje.

O ministro comentou que a intenção é dar condições iguais de concorrência com o mercado interno e proteger os trabalhadores brasileiros. "Nós estamos vendo as lojas no Brasil sendo fechadas.

Foi com base nisso que nós chamamos para entendimento os governadores, as empresas e o varejo brasileiro", disse, à época.

A medida, porém, tem sido criticada por empresas nacionais de varejo e pela oposição ao governo. O deputado Kim Kataguiri (União-SP) promete apresentar, ainda esta semana, pedido de urgência para derrubar o programa na Câmara dos Deputados.

Ele alega que a lei existente hoje garante a isenção para todas as empresas. Não seria necessário que elas aderissem ao plano de conformidade.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/01/all.pdf>

# Sistema deve agilizar liberação de importações

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lançou ontem o sistema Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro de Importação (CCT-Importação) modal aéreo, que passará a valer, a partir de amanhã, em todos os aeroportos internacionais do país. Totalmente digitalizado, o novo sistema promete diminuir em até 80% o prazo médio de liberação das cargas nos aeroportos. Tendo como base as importações realizadas em 2022 por meio aéreo, que totalizaram US\$ 46,9 bilhões, a **Receita Federal** prevê redução de até R\$ 10 bilhões por ano nos gastos feitos por importadoras com armazenagem, trânsito e desvalorização monetária das mercadorias durante os dias que ficam paradas na aduana.

"Quem ganha é toda a sociedade brasileira, porque esses dez bilhões (de reais) de economia acabam se refletindo no preço, na qualidade, no prazo de entrega das mercadorias. Isso beneficia o consumidor final, beneficia o processamento de produtos que vão ser reexportados depois", comentou Haddad, na cerimônia de lançamento do novo modal.

A previsão é de que o tempo médio de despacho cairá de cinco para apenas um dia. Graças ao uso intensivo de novas tecnologias, o sistema deve reduzir em 90% a exigência de intervenção humana no fluxo de cargas. Há projeção, ainda, de que o novo sistema permitirá que os fluxos de cargas aéreas dobrem em até dois anos, atraindo investimentos externos, dobrando também a arrecadação federal relativa às importações do modal aéreo, que em 2022 somaram R\$ 19 bilhões.

## Parceria

O sistema vinha sendo desenvolvido desde 2014, em uma parceria dos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Secretaria de Aviação Civil. O novo modelo substitui o Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (Mantra), em operação há 30 anos, e funcionará no âmbito do Programa Portal Único de Comércio Exterior, Siscomex.

De acordo com a **Receita Federal**, a maior agilidade na liberação de cargas resulta da combinação de fatores que se utilizam do uso intensivo de tecnologia da informação e de gerenciamento de riscos, a partir das regras estabelecidas pela Associação

Internacional de Transportes Aéreos (IATA, na sigla em inglês). (EL)

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/01/all.pdf>

# Haddad devolve onça de ouro recebida de sauditas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu como presente na manhã de ontem uma onça de ouro, entregue pelo ministro de Investimentos do Reino da Arábia Saudita, Khalid Al Falih. A obra seria levada a Brasília e incorporada ao patrimônio da União, mas a **Receita Federal** orientou ao ministro a sua devolução. Como protocolo, a oferta de presentes a autoridades públicas deve ser feita com aviso prévio ao cerimonial do órgão público agraciado. Por esse motivo, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, orientou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a devolver a estátua de uma onça, recebida do governo da Arábia Saudita, à embaixada do país em Brasília, o que será prontamente atendido", afirmou o Ministério da Fazenda, em nota, na tarde de ontem.

Segundo a Fazenda, caso o governo saudita queira reenviar o presente, será necessário que os trâmites exigidos pela legislação brasileira sejam cumpridos. O presente foi dado durante uma visita da comitiva saudita ao Brasil. Com mais de 70 integrantes representando as principais empresas públicas e privadas, é a maior delegação da Arábia Saudita que o Brasil já recebeu. O ministro explicou os pontos do Plano de Transição Ecológica do governo brasileiro e ouviu sobre o interesse a respeito das oportunidades de investimentos que o pacote pode atrair. Antes de encontrar com Haddad, os sauditas estiveram na Fiesp para o Fórum de Investimentos Brasil-Arábia Saudita, com presença do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse pediria ao Itamaraty que convidasse uma delegação da Arábia Saudita para visitar o Brasil e discutir investimentos no país, após cancelar um jantar na véspera em Paris com o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman. Lula deixou claro o interesse de ter investimentos da Arábia Saudita no Brasil, "sobretudo na questão da transição energética", disse.

A visita dos sauditas a Haddad foi marcada de última hora e aproveitou a presença do ministro em São Paulo para se reunir com representantes de bancos -o setor tenta barrar a tentativa do governo Lula de limitar os juros do rotativo do cartão de crédito, atualmente acima de 455%. Estiveram presentes Isaac Sidney, da Febraban; Milton Maluhy; do Itáú; Octávio Lazari, do Bradesco; do Mario Leão, do Santander Brazil, e André Esteves, do BTG Pactual.

No começo deste ano, outros presentes de valor dados por sauditas a autoridades brasileiras viraram caso de investigação policial, quando descobriu-se que joias enviadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a sua mulher, Michele, não haviam sido declaradas à Receita nem incorporadas ao patrimônio. O caso teve início de outubro de 2021, quando uma comitiva chefiada pelo então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque voltou de viagem oficial à Arábia Saudita. O militar Marcos André dos Santos Soeiro tentou entrar no país com as joias em sua bagagem pessoal, sem declaração à alfândega. Acabou parado no aeroporto de Guarulhos, e o material foi apreendido. A Receita afirmou ter orientado o governo sobre como desembaraçar o material, que poderia ser liberado sem pagamento de tributo caso fosse destinado ao patrimônio público, mas que isso nunca ocorreu no caso dos integrantes do governo passado.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/08/2023/p1>

# Shein e AliExpress vão aderir a programa de compras de até US\$ 50

**Vinicius Barboza**

A Shein e a AliExpress informaram que irão aderir ao Remessa Conforme, programa do Ministério da Fazenda que dá isenção fiscal nas compras do exterior até US\$ 50 (R\$ 236). A iniciativa entra em vigor nesta terça-feira (1º).

O programa prevê que o consumidor não irá pagar o Imposto de Importação, tributo federal cuja alíquota é de 60%, caso compre de empresas participantes do Remessa. No entanto, todas as vendas internacionais terão a cobrança da alíquota de 17% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), tributo estadual.

Será o caso da Shein, varejista de fast fashion, e da AliExpress no Brasil, operação do grupo chinês Alibaba. Ambas as companhias confirmaram à Folha que preparam adesão ao Remessa Conforme. As plataformas não quiseram comentar as críticas das varejistas brasileiras sobre a isenção fiscal até US\$ 50.

"A empresa trabalha desde março na implementação das mudanças necessárias para estar em total conformidade", afirmou a Shein, em nota.

A Amazon disse não ter o que comentar no momento, e a Shopee não respondeu até a publicação desta reportagem.

A plataforma disse investir os recursos necessários "para se preparar o mais rápido possível, garantindo que todos os seus sistemas estejam operacionalmente prontos sob o novo marco legal". "A Shein continuará a trabalhar para fortalecer o setor de e-commerce no país e zelar pelos interesses dos consumidores brasileiros." A AliExpress afirmou que o Alibaba recebe com otimismo o Remessa Conforme. "Acreditamos que é uma medida positiva que trará mais transparência e eficiência ao ecossistema de comércio eletrônico internacional do país."

O grupo chinês disse que o limite de US\$ 50 para a isenção do imposto federal está em sintonia com a prática internacional. "O Remessa Conforme beneficiará o comércio eletrônico internacional para o Brasil, mas também do Brasil para os mercados globais. Estamos empenhados em trabalhar em

colaboração com as autoridades brasileiras para ajudar a promover o desenvolvimento da economia digital do Brasil."

Além disso, a AliExpress havia anunciado durante o Fórum E-Commerce Brasil Week, que ocorreu entre 25 e 27 de julho, uma ação que irá zerar a taxa de comissão de lojistas brasileiros que se cadastrarem em seu site por três meses.

A comissão paga à plataforma varia de 5% a 8% do valor total de cada venda. Os novos vendedores terão 100% de "cashback" no período. "Queremos atrair novos vendedores e oferecer condições para que cada vez mais empresas possam crescer e ter lucro usando nossa plataforma", disse Briza Bueno, diretora da companhia no Brasil.

Em entrevista à Folha, Ana Paula Tozzi, CEO da AGR Consultores, afirmou que os produtos vão ficar mais caros mesmo com a isenção do imposto de importação nas compras até US\$ 50. O aumento deve ser menor do que as varejistas nacionais gostariam, mas elevará o preço para o consumidor, o que ela vê como ponto negativo do Remessa Conforme.

"Apesar de dar a isenção da taxa de importação, 100% dessas mercadorias vão se r taxa -das com 17% de ICMS, ou seja, o custo vai aumentar e o preço final também", afirmou.

"Na vida do consumidor, um preço médio maior terá um impacto no volume de compras. A **Receita Federal** fala em 40 carretas por dia saindo de Guarulhos [com importações]. Esse número deve cair", disse a consultora.

A especialista em varejo afirmou que as companhias terão que se adequar ao novo sistema e que as entregas no Remessa devem ficar mais ágeis. "As companhias que não estiverem em conformidade cairão em um "canal vermelho". Nesse caso, sim, você terá um prazo médio maior. Logo, as plataformas do Remessa terão as entregas mais rápidas."

Tozzi disse que, apesar das queixas do varejo brasileiro sobre a isenção fiscal serem pertinentes, o programa foi um primeiro passo importante. "A decisão foi correta porque o governo não ia conseguir [tributar as empresas estrangeiras] como um todo. E a

reclamação da população é grande. Essa importação até US\$ 50 dá acesso de consumo a produtos que a população talvez não tivesse capacidade de comprar no Brasil."

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50355&anchor=6481011&maxTouch=0&\\_ga=2.170638624.1872260513.1690772705-1980247189.1672582619&\\_mather=757bf67604fe4aa8&pd=5fe050d8723dee19d459a75351f32de8](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50355&anchor=6481011&maxTouch=0&_ga=2.170638624.1872260513.1690772705-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=5fe050d8723dee19d459a75351f32de8)**



# "Zerar imposto de importado é um suicídio econômico"

**GIORDANNA NEVES IANDER PORCELLA BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Alexandre Ostrowiecki, Administrador de empresas pela FGV, concluiu MBA pelo Ibmec e especialização pela Harvard Business School

O CEO do Grupo Multi, Alexandre Ostrowiecki, diz que o tributo de importação cobrado das plataformas de produtos importados deve ser igual à soma dos **impostos** efetivamente pagos pelas empresas que atuam no País.

A partir de hoje, compras de até US\$ 50 ou o equivalente em outra moeda são isentas do Imposto de Importação desde que destinadas a pessoa física e que as empresas de e-commerce, nacionais ou estrangeiras, participem de programa Remessa Conforme, da **Receita Federal**, e recolham **impostos** estaduais incidentes sobre a importação.

De acordo com Ostrowiecki, zerar a alíquota de importação de produtos de até US\$ 50 comercializados em sites internacionais mantendo a carga tributária atual sobre produtos de empresas brasileiras oficializa as "distorções econômicas" e representa uma ameaça ao mercado interno brasileiro.

"Manter esses **impostos** exclusivamente para brasileiros, ao mesmo tempo em que zeramos **impostos** para plataformas internacionais, é suicídio econômico", diz.

O Grupo Multi, antiga Multilaser, é uma empresa brasileira de capital aberto, fabricante de celulares, notebooks e outros eletroeletrônicos. Veja os principais trechos da entrevista.

Nesta terça-feira entra em vigor o plano voltado a empresas de comércio eletrônico internacionais.

Qual sua avaliação sobre a medida?

Empresas brasileiras que investem, fabricam e empregam no País sofrem tributação média de 40% sobre produtos de consumo. Manter esses **impostos** exclusivamente para brasileiros, ao mesmo tempo em que zeramos **impostos** para plataformas internacionais, é suicídio econômico. É essencial que todos tenham tributação igual, seja empresa no Brasil ou no exterior. Um produto de US\$ 50 no exterior, com

todos os **impostos**, ficaria por mais de R\$ 700 no varejo brasileiro.

Então, essa isenção a médio prazo causará a destruição da maior parte dos mercados formais de consumo no Brasil.

Hoje, é cobrado um imposto de importação de 60% sobre remessas enviadas de pessoas jurídicas para pessoas físicas.

Haddad disse que uma nova alíquota seria definida em uma segunda etapa, com equilíbrio entre varejo e marketplaces. Há pressão por parte do mercado nacional?

É crítico que o governo se apresse para resolver a questão.

Imagine, por exemplo, que você precise comprar um pacote de meias. O pacote fabricado no Brasil tem 40% de imposto no preço, encarecendo o produto.

O pacote que vem do exterior paga zero. O consumidor vai optar pelo mais barato, o que é compreensível. Mas se essa distorção não for corrigida, a fábrica de meias vai fechar e todos os trabalhadores ficarão desempregados. A loja que revende as meias vai fechar e os vendedores ficarão desempregados. O restaurante ao lado da fábrica de meias, que atende os operários, vai fechar, e assim por diante.

Qual seria o equilíbrio entre varejo brasileiro e marketplaces internacionais, na sua avaliação?

Equilíbrio é garantir que o imposto de importação cobrado das plataformas seja exatamente igual à soma dos **impostos** efetivamente pagos pelas empresas que atuam no País. Todos pagando a mesma carga tributária e competindo de igual para igual pelo mercado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Parlamentares voltam do recesso com 14 MPs pendentes

O Congresso volta do recesso parlamentar hoje com 14 Medidas Provisórias pendentes de análise e algumas que perdem a validade já este mês. Para não desagradar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo tem transformado algumas das matérias em projetos de lei (PLs), cuja tramitação é mais longa e tem início com a apreciação dos deputados. Esses acordos têm sido fechados principalmente com o ministro da Fazenda, Fernanda Haddad, e são uma forma de driblar a derrota sofrida por Lira na queda de braço com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o rito de tramitação das MPs.

Lira conseguiu preservar o poder da Câmara nas MPs que mudam o critério de desempate dos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), e no do programa Desenrola Brasil, de renegociação de dívidas. As duas iniciativas foram transformadas em projetos de lei (PLs), que iniciam a tramitação pela Câmara, o que dá à Casa a palavra final sobre seu conteúdo. Se os senadores fizerem alterações, os deputados podem desfazer se assim desejarem.

A MP do **Carf** já caducou, ou seja, perdeu a validade, e o tema está sendo tratado por um projeto de lei, que foi aprovado pela Câmara e está no Senado. O ministro da Fazenda não só não se opôs ao pedido para analisar o tema por projeto de lei, como promoveu jantares com deputados para agradecer a aprovação do PL.

O mesmo caminho será seguido pela MP do Desenrola, que não será votada pelo Congresso, e será analisada por um projeto de lei de autoria do líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), e aliado próximo de Lira. O relator será o deputado Alencar Santana (PT-SP).

No caso da regulamentação das apostas esportivas, não há acordo fechado para fazer a MP caducar. A pasta de Haddad, no entanto, enviou um projeto de lei para tratar de outros aspectos do assunto, como a estrutura e processos administrativos. O líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PE), é quem está à frente do tema.

## PROPOSTAS PENDENTES

Entre as 14 MPs em tramitação, as que estão com o prazo mais perto de perder a validade estão as que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 2.212, que expira no próximo dia 27, e a que aumentou o valor do salário mínimo para R\$ 1.320, que vence no dia seguinte. A que altera a remuneração de servidores do Poder Executivo federal vence ainda antes, no dia 25. A expectativa é que ela seja aprovada dentro do prazo. Outras iniciativas também perdem a validade este mês, mas tratam de créditos suplementares e já cumpriram seu objetivo.

No caso da MP do salário mínimo, o presidente da comissão mista é o senador Eduardo Gomes (PL-TO) e o relator, o deputado Merlong Solano (PT-PI). Ela está na fase de audiências públicas e depois precisa ser votada pelos plenários da Câmara e do Senado.

Já a MP que aumenta a faixa de isenção do IR ainda não têm presidência e relatoria definidas, mas não deve perder a validade. Vice-presidente do Senado e um dos membros da comissão mista, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), atribui o atraso ao recesso parlamentar, que termina hoje. Ele diz, porém, que essa medida provisória não deve ser abandonada pelos parlamentares.

- É mais por força do recesso. Com esse retorno se resolverá-disse.

## QUEDA DE BRAÇO

Na pandemia de Covid-19, para dar mais celeridade à tramitação, as medidas provisórias passaram a ser apreciadas primeiro pelos deputados e depois encaminhadas para o Senado. Os senadores reclamavam, porém, que recebiam os textos em cima do prazo e acabavam tendo que cancelar o que tinha sido votado pelos deputados, sem margem para mudanças.

Pacheco, então, pressionou para que fosse retomado o modelo anterior, previsto na Constituição, no qual um colegiado com deputados e senadores é o primeiro a se debruçar sobre o texto. A relatoria é alternada entre as duas Casas.

A queda de braço entre Lira e Pacheco no início do ano travou a pauta do Congresso e ameaçou derrubar MPs que tratavam de assuntos considerados

estratégicos para o Palácio do Planalto.

No mês passado, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Arthur Lira afirmou que o petista revelou a intenção de reduzir o envio de MPs ao Congresso. As medidas provisórias têm efeito imediato após serem apresentadas pelo presidente da República. Só depois são apreciadas pelo Congresso. Se não foram votadas em 120 dias, perdem a validade. Já os projetos de lei só entram em vigor depois de serem aprovados pelos parlamentares.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Programa Litígio Zero é prorrogado até dezembro

A pedido da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), o governo federal prorrogou nesta segunda-feira, 31, para 28 de dezembro, o prazo para empresas aderirem ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), também conhecido apenas como Litígio Zero. Foi a terceira prorrogação do programa, lançado no início do ano e que acabaria em 31 de julho.

O programa faz parte da estratégia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para diminuir o déficit primário do governo federal.

O Litígio Zero permite a renegociação de dívidas tributárias baseada na capacidade de pagamento do contribuinte, em troca da desistência de ações na Justiça (no caso de débitos inscritos na Dívida Ativa da União) ou de contestações administrativas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Segundo o presidente-executivo da Abrasca, Pablo Cesário, a entidade "elegeu entre as suas pautas prioritárias a redução do contencioso tributário nacional" e justamente por isso defendeu para o Ministério da Fazenda "a continuidade do Litígio Zero".

Ele afirma que o contencioso tributário do país está beirando os R\$ 7 trilhões, como "resultado de um sistema tributário disfuncional, injusto e ineficiente".

"O Programa Litígio Zero representa uma primeira alternativa para a redução desse contencioso, que é muitíssimo custoso, tanto para o Estado quanto para as empresas", diz. De acordo com ele, "cada contencioso leva, em média, 18 anos para ser resolvido no Brasil". Nesse intervalo, o imbróglio "prejudica os resultados financeiros das empresas brasileiras, já que requer o pagamento de honorários, juros e encargos".

Também "retira recursos relevantes, que deveriam estar direcionados para produção, geração de empregos e investimentos, para um uso estéril, que é a prestação de garantias e o litígio". Ele ainda afirma que a Abrasca "vai levar ao governo, em breve, novas propostas de soluções para o contencioso tributário".

Em relatório divulgado na semana passada, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, o Litígio Zero afirmou que o programa arrecadou R\$ 2,5 bilhões até junho, conta "uma expectativa inicial do governo" de R\$ 20 bilhões.

# Governo libera uso do ponto

**MANOEL VENTURA, RENAN MONTEIRO E GUSTAVO SILVA**

O governo Lula atualizou ontem as regras de gestão do trabalho dos **servidores públicos** federais no país. Um dos objetivos é acelerar a troca do sistema de ponto, ou controle de frequência por horas trabalhadas, para mecanismos de metas e resultados. Isso poderá ser feito para quem trabalha em home office, 100% presencial ou híbrido.

Especialistas consideram a medida positiva ao estabelecer produtividade como medida de controle de pessoal, mas há críticas que o novo sistema pode prejudicar o atendimento às demandas da população, principalmente o atendimento direto ao público e que a melhoria vai depender da qualidade da implementação.

Até agora, apenas cerca de 5% dos servidores estavam dentro desse regime mais flexível, de acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A pasta publicou ontem uma Instrução Normativa (IN) com regras gerais para os órgãos que passarem a usar esse mecanismo, numa forma de incentivar o uso do sistema pela maior parte do funcionalismo.

Cada órgão federal terá que fazer o pedido para aderir ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD). E dentro de um mesmo órgão, os gestores terão autonomia para decidir se a sua equipe vai usar metas de produtividade ou se vai seguir com o controle tradicional de ponto. Ou seja, a medida não será uniforme dentro de um órgão -inclusive porque alguns setores têm características específicas, como atendimento ao público.

Antes mesmo da Instrução Normativa, 125 órgãos federais já haviam pedido para entrar no programa, sendo 28 de administração direta, e 97, indireta. Entre elas, a Advocacia-Geral da União (AGU), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o IBGE. Porém, para o governo, o uso dentro dessas unidades ainda é incipiente e pode ser ampliado. Eles terão até 12 meses para se adequar às novas regras.

Aquele departamento que aderir ao PGD terá todos os seus servidores nesse regime. Serão estabelecidas metas e um plano de resultados para aqueles funcionários públicos. A avaliação do servidor e o seu trabalho será feita considerando esse plano.

Segundo o secretário de Gestão e Inovação, Roberto Pojo, um dos responsáveis pela Instrução Normativa publicada ontem, a ideia é modernizar a gestão pública, estabelecendo metas e sistemas de controle dos resultados.

- O programa constrói a gestão a partir das entregas. Você monta e gerencia a sua equipe em direção a essas entregas. A nossa expectativa é ter mais resultados, mais objetividade. A administração tem como, agora, olhar e entender como estão sendo construídos esses resultados. Ela começa a poder priorizar e alocar melhor os seus recursos. Esse é o grande avanço-disse Pojo.

Cada unidade deverá ter um plano de entrega de resultados e caberá ao chefe de cada setor monitorar os resultados dos servidores. Essa mudança, diz o secretário, não isenta a obrigação de cumprir a carga horária, mas estabelece mais transparência nos "resultados produzidos e pelas entregas das instituições".

- O registro de ponto é só um gerenciamento da disponibilidade do servidor, ele entrou, "bateu o ponto" e você sabe que ele ficou disponível nesse período. Percebemos que usando modelos mais modernos, estamos substituindo o mero controle da disponibilidade por um controle de resultados -afirmou.

Paulo Américo, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (Sindsprev), afirma que o grande problema da implementação da avaliação de desempenho no serviço público é qualidade da entrega do serviço oferecido à população.

- Dependendo de como os gestores estabelecerem, pode afetar a excelência dos atendimentos aos brasileiros. Muitas vezes, para alcançar as metas, o tratamento mais adequado e detalhado aos casos pode deixar de ser realizado.

João Domingos, presidente da Confederação dos **Servidores Públicos** do Brasil, argumenta, porém, que a instauração de metas blinda os servidores das orientações político-partidárias dos gestores:

-Muitos gestores estão em cargos por indicação política, sem conhecimento técnico. E agem de acordo com as orientações políticas. Com essa medida, o gestor também está sob avaliação em todos os momentos. E a falta de entrega de uma pessoa na

equipe significará, também, a falta de entrega dele próprio, já que suas metas estão relacionadas.

#### LIMITAÇÃO AO TELETRABALHO

Uma outra novidade apresentada ontem foi permitir o teletrabalho no exterior, mas limitado a 2% do respectivo total de participantes no programa no órgão. Além disso, só poderão ingressar no teletrabalho aqueles que já tenham cumprido um ano de estágio probatório. Servidores que estão trabalhando no presencial não poderão se movimentar para outro órgão diretamente para o home office-o governo notou que alguns órgãos estavam atraindo servidores tendo essa opção como vantagem.

O monitoramento ficará com o Comitê Executivo do Programa de Gestão, no âmbito do ministério. O governo pretende adotar uma espécie de controle social da medida. Será implementado, até o fim do ano, um painel no qual cada órgão que aderir ao programa indicará quantos são os servidores nesse modelo e o cumprimento de metas. A ideia é que os destinatários dos serviços públicos participem dessa avaliação, no futuro.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Centro-Oeste cresce quase o triplo da média e puxa geração de empregos

Em período de recomposição de empregos no país, a região Centro Oeste vem puxando a lista de geração de vagas formais e informais. A ocupação cresceu 6,8% entre o retrato da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de dezembro de 2019, portanto antes dos efeitos turbulentos da pandemia de covid- 19, e o de março de 2023.

É quase três vezes a alta da ocupação no país, de 2,4%, no mesmo período. Ao fim do primeiro trimestre deste ano, 8,4 milhões de pessoas estavam ocupadas na região, indica um levantamento da LCA Consultores feito a partir dos dados trimestrais da Pnad.

Logo atrás vem a região Norte, com aumento de 5,1% desde 2019.

Em números absolutos para a ocupação de pessoas, as duas regiões ficam atrás das demais, mais populosas (ver quadro ao lado).

A principal causa para a expansão no Centro Oeste "é o desempenho do agronegócio", diz Bruno Imaizumi, economista da LCA.

"Houve um boom de commodities nesses últimos anos e as safras recorde impulsionaram a geração de empregos diretos e indiretos".

Para 2023, a projeção para o emprego no país ainda é positiva, embora deva crescer mais lentamente respondendo ao ritmo do cenário macroeconômico, projeta a LCA.

O agro não é a maior gerador de empregos diretos. Do universo ocupado em março na região, 8% estavam alocados em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura, mostra a Pnad. O setor de serviços abrigava mais da metade das pessoas ocupadas na região.

Se observado apenas o recorte do emprego formal oferecido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a agropecuária ocupa 12% em Mato Grosso e 21% em Goiás e Mato Grosso do Sul em 2023, segundo levantamento da Fecomércio Mato Grosso. Em São Paulo e Rio a atividade não

representa mais de 5% do saldo total de empregos formais. No Sudeste, o agro tem mais peso em Minas Gerais (15%) e no Espírito Santo (31%), graças à liderança no cultivo de café.

Mas se os volumes do campo avançam, há efeito dominó em outros setores da economia. "Cada emprego gerado numa indústria gera outros quatro indiretos", projeta Silvio Rangel, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt). Em outras palavras, mais soja (milho ou outros produtos) leva a maior necessidade de serviços de armazenagem, de transportes para escoar a safra e de consultorias no campo, além de crescer o atendimento no varejo agrícola de insumos, para citar as principais atividades.

"Todo ano vem crescendo a produção.

Isso gera valor e, conseqüentemente, mais empregos e renda", comenta Leonardo Machado, assessor técnico da Faeg, que representa o agronegócio em Goiás. Ademais, a região é exportadora de alimentos, fator que explica a sustentação do ambiente de negócios local em anos recentes de crise econômica, lembra Laysa Avalos, assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio MT. Segundo ela, o número de empresas abertas desde 2020 avançou mais que o de extintas e evidencia ambiente favorável à manutenção de negócios.

O **PIB** do Centro-Oeste deve avançar 2,3% em 2023, estima a Tendências Consultoria, acima da projeção de 1,9% de crescimento para o país. O economista Lucas Assis destaca as safras recorde de soja e milho, além de bons resultados para a cana, abate de bovinos, indústrias de alimentos e biocombustíveis.

Há riscos para a produção agrícola no ano que vem, devido às condições climáticas, mas apesar dos desafios do cenário, a Tendências projeta alta média anual de 2,5% do **PIB** do Centro Oeste entre 2024 e 2032 - acima da alta média anual de 2% estimada para o Brasil no período.

Imaizumi, da LCA, acrescenta, ainda, que o alto patamar da Selic, embora amargo em muitos aspectos para mover a economia, mostrou uma faceta positiva no que diz respeito à oferta de crédito para o campo: desde meados de 2020 atraiu forte volume de

recursos para os títulos de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Os papéis, com ganhos atrelados a juros e isentos de cobrança de Imposto de Renda, são importante origem para o crédito rural hoje, lembra.

Ainda segundo o economista, o Centro Oeste tinha o patamar mais elevado de rendimento médio na Pnad mais recente com recorte regional.

A média de R\$ 3.575 avançou 12,2% desde dezembro de 2019 - e também foi o maior aumento na comparação entre regiões no período observado.

Imaizumi lembra que o Distrito Federal tem concentração grande de **servidores públicos** bem remunerados, fator que pesa no cálculo regional, mas acrescenta que há um efeito importante do aumento da empregabilidade formal em Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, que traz na esteira melhores salários.

O volume da safra mais recente de grãos cresceu 15% sobre a anterior e rendeu 158,6 milhões de toneladas no Centro Oeste, puxados pela soja, segundo a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab).

Considerados os ecossistemas do agro, destacam-se ainda outras cadeias de negócios, como carnes, biocombustíveis, açúcar e óleos vegetais, atividades que fomentam boa parte da economia nos Estados da região.

A produção de ferro-gusa e brinquedos também aparecem como destaques de Mato Grosso do Sul (MS), somando-se ao agro, comentou Ezequiel Resende, economista-chefe da Fiems, que representa as indústrias locais.

Segundo ele, a pandemia não afetou a geração de empregos no Estado. Com impulso do agro, somente em 2022, as 6 mil indústrias abriram 9,7 mil postos.

Resende conta que, em MS, há 28 projetos que envolvem a construção de unidades e ou expansões industriais que vão demandar investimentos aproximados de R\$ 40 bilhões até 2028. Em função das expansões fabris, principalmente, a indústria da construção local tem cerca de 35 mil trabalhadores formais. "E falta gente", diz.

O economista da Fiems cita, entre os projetos em andamento, a expansão de unidades de abate da JBS e da Aurora. A da JBS, em Dourados, deve sair dos atuais 5 mil para 10 mil suínos por dia.

Há ainda os investimentos bilionários em celulose da Suzano e de uma concorrente, a chilena Arauco. Esta

última escolheu o município de Inocência, a cerca de 330 quilômetros da capital de MS, Campo Grande.

Já a Suzano levanta sua nova planta em Ribas do Rio Pardo (a 100 quilômetros da capital do Estado), e estima gerar 3 mil postos de trabalho diretos nas operações florestal e industrial. O investimento é calculado em R\$ 22 bilhões.

Entre empregos diretos e indiretos com o início da operação, a unidade poderá ocupar ao todo cerca de 10 mil pessoas. "É quase metade da população de Ribas", destaca Rodolpho Mangialardo, diretor-regional do Senai. A cidade tem cerca de 23 mil habitantes.

No pico da obra, que ocorre em 2023, o efeito se vê na construção civil, com cerca de outros 10 mil trabalhadores em operação - neste caso, boa parte é de prestadores de serviços de outros locais, acrescenta Mangialardo. Para treinar a mão de obra que poderá buscar espaço no projeto, o Senai, que não tem unidade fixa na cidade, precisou estruturar unidades itinerantes, em contêineres, e trazer professores do Maranhão, Bahia e Paraná, que se uniram à equipe local, para ministrar as aulas. Os cursos técnicos estão em andamento.

A instalação da floresta e da fábrica de celulose da Suzano moveu mais gente fora do projeto. Segundo o governo estadual, estão ocorrendo obras em rodovias locais, a exemplo do trecho que liga Ribas do Rio Pardo à BR-060 em Camapuã.

Um plano de expansão da rede de saneamento, ademais, está em estudo. A cidade tem atendimento de rede de esgoto próximo à universalização, informa o ente, mas será preciso adaptar a estrutura da cidade ao desembarque da nova unidade fabril.

A Arauco deve começar a obra de sua nova fábrica em 2024, mas já emprega 800 pessoas na área florestal. O aporte é estimado em R\$ 20 bilhões, informa Bruno Gouveia, secretário executivo de qualificação profissional e trabalho da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento de MS. Ele informa que o Estado assinou um protocolo de intenções com as duas empresas de celulose, que se comprometeram a realizar obras e prover os municípios de serviços essenciais para atender necessidades básicas em educação, saúde, segurança e infraestrutura.

Um outro projeto de grandes proporções, este em Mato Grosso, é a construção da ferrovia que vai ligar Rondonópolis a Lucas do Rio Verde. A obra está nas mãos da Rumo, uma das maiores empresas de logística do país. Neste caso, os investimentos são estimados de R\$ 14 bilhões.



Segundo a companhia, o início das obras ao longo deste ano deve gerar quase mil postos unindo a construção do primeiro viaduto ferroviário em Rondonópolis e as obras de serviços de terraplanagem e drenagens, além de outra frente dedicada a construção de pontes e viadutos. Estima-se a geração de 186 mil empregos, deles, 105 mil diretos.

Ainda em Mato Grosso, o carrochefe da produção de soja no país, as cadeias de carnes e biocombustíveis têm feito pesados investimentos, diz Rangel, presidente da Fiemt. São dois entre os universos foco do Senai local, que tem contratos fechados com o governo mato-grossense para capacitar ao todo cerca de 50 mil pessoas em 141 municípios.

O governo federal aumentou recentemente a mistura de biodiesel no diesel, uma das causas da reativação de plantas locais, lembrou Rangel. Entre os investidores em MT estão a FS Fuel Sustainability, que aportou R\$ 2,3 bilhões em uma nova unidade no município de Primavera do Leste, a qual entrou em operação neste ano. A Inpasa, que produz etanol de milho, ampliou sua unidade em Nova Mutum no ano passado e, a Uisa, de biogás, está construindo uma fábrica. A geração de empregos nos três projetos supera mil vagas, informa a Fiemt.

"Cada emprego gerado numa indústria gera outros quatro indiretos" Silvio Rangel

# BC brasileiro conseguiu "pouso suave", diz Goldman Sachs

**Sérgio Tauhata De São Paulo**

O Banco Central brasileiro conseguiu um feito que tem sido perseguido por todas as autoridades monetárias globais: um "pouso suave" da economia, com efetivo controle da **inflação** e ancoragem das expectativas. Essa é a avaliação do diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos. Em entrevista ao Valor, o economista elogia o trabalho do BC local: "Acho que tem feito um trabalho notável".

Ramos faz um contraponto às críticas que o BC, que se reúne nesta semana para definir o rumo da taxa Selic, tem recebido do governo e vários setores por conta da manutenção do juro básico em patamar elevado. "Se a autoridade quisesse colocar a **inflação** na meta no fim deste ano na marra, teria de ter dado um arrocho de juros acima de 20%. Um arrocho dessa magnitude teria um custo econômico e social muito elevado." De acordo com ele, "nas críticas ao BC, me estranha uma coisa: até parece que a **inflação** é apenas um número e não tem custo". Para o especialista, "a **inflação** alta afeta muito mais as famílias mais pobres do que o nível de juros". Leia a seguir os principais pontos da entrevista.

Valor: O mercado tem estimado uma taxa de juro neutra [nível que estimula a economia sem gerar **inflação**] acima da avaliada pelo Banco Central. A autoridade tem sido conservadora?

Alberto Ramos: A taxa de juro neutra, assim como o hiato do produto, não é uma variável que podemos observar. São estimativas econométricas e há várias maneiras de fazê-las. Não é "rocket science", ou seja, algo que se possa estimar com alguma precisão. No próprio box do último relatório de **inflação** do BC, a autoridade faz uma estimativa muito rigorosa por diferentes técnicas. Há um leque de variação de 3% a 5,3%. Então, a mediana me parece que foi de 4,8%. O BC foi um pouco conservador e poderia ter elevado até 4,75% que ficaria mais na mediana. Mas me parece acertado avaliar que a taxa de juro neutro subiu no curto prazo, mas cravar esse valor, se é 4,5% ou 4,75%, é difícil ter essa precisão. Por outro lado, também a política monetária já é bastante restritiva, quer o juro neutro seja 4,5% ou 4,75%. A sinalização do BC foi mais que essa subida do juro neutro, mostra que a política monetária talvez seja menos restritiva do

que se pensava lá atrás. Olhando onde está a Selic e a taxa neutra real no Brasil [descontada a **inflação**], podemos observar que há outros países na América Latina onde a política monetária é mais restritiva, porque o neutro em outros países é bem abaixo do que é no Brasil. Então, mesmo que o país tenha taxa nominal abaixo da Selic, por exemplo, no Chile, a política é mais restritiva.

Valor: A melhora das condições macroeconômicas e a redução de incertezas podem levar à reavaliação do nível do juro neutro no país?

Ramos: O resumo da ópera sugere que o juro neutro subiu. A dinâmica de dívida mostra tendência que volte a piorar, ou seja, de a dívida pública em relação ao **PIB** voltar a aumentar. O [novo arcabouço] fiscal que foi apresentado não estabiliza a dinâmica de dívida. A política microeconômica piorou. Microeconômica no sentido de manejo das empresas públicas e bancos públicos, assim como algum retrocesso em reformas [já aprovadas], como, por exemplo, a lei de saneamento.

O quadro macro e as políticas macro e microeconômicas e "quasi-fiscais" não sugerem que a taxa de juro neutro caiu. Na verdade, sugerem que subiu. Se subiu 50 pontos-base [0,50 ponto percentual], 75 ou 80 pontos aí é uma calibragem fina. Essa referência da neutralidade vai ter mais relevância no final do ciclo [de queda de juros], quando o BC vai querer saber onde está a neutralidade para encerrar os cortes.

Valor: O que explica a atual resiliência econômica diante da política monetária restritiva?

Ramos: Porque a economia parece estar um pouco melhor do que se esperava inicialmente? Talvez tenha havido uma subestimação do efeito residual do impacto da reabertura econômica sobre o setor de serviços e há também talvez um aspecto comportamental em que, depois de uma pandemia, na qual durante dois anos as pessoas não viajaram para os lugares que gostavam, não visitaram amigos e parentes, parece que, talvez, tenha aumentado a predisposição ao consumo presente. O terceiro fator é específico do Brasil e tem a ver com o clima e produção agrícola, que aumentou 20% no primeiro trimestre. Isso alavancou o **PIB**, gerou renda e um

processo de difusão no resto da economia. Houve também aumento de gasto fiscal, aumento de salário mínimo, aprovação do piso da enfermagem, aumento dos **servidores públicos** e um grande aumento de transferência de recursos do governo para famílias. Tudo isso tem dado contribuição ao consumo. Tirando isso, a economia mostra sinais de que está perdendo algum vigor.

Valor: Uma Selic elevada por mais tempo foi a melhor decisão de política monetária?

Ramos: Acho que foi acertadíssimo.

Claramente o BC resolveu fazer uma suavização e distender o processo de convergência de **inflação** para a meta. Quando a **inflação** atingiu dois dígitos, para trazer a **inflação** para a meta no final deste ano, o BC teria de dar um choque de juros, um arrocho de juros monumental. Iria derrubar a economia, validar uma mega recessão, com impacto no mercado de trabalho e social profundo.

Acelerar a convergência me parece que teria um custo econômico e social muito elevado.

Então, o BC decidiu colocar a política monetária num campo claramente restritivo e garantir essa convergência em um cenário de 18 meses, de seis a oito trimestres.

Achei superrazoável e também uma decisão que faz parte do mandato do BC, que tem uma meta primordial de ancorar a **inflação** na meta, mas também de suavizar os ciclos econômicos.

Muitas das críticas ao Banco Central acho que não procedem. Se a autoridade quisesse colocar a **inflação** na meta no fim deste ano na marra, teria de ter dado um arrocho de juros acima de 20%. Me parece que não seria a melhor decisão e era mesmo melhor minimizar um pouco o custo. Um arrocho dessa magnitude teria custo econômico, para o mercado de trabalho e social muito elevado. Foi uma opção do BC para não derrubar a economia.

Valor: Qual o cenário-base do Goldman Sachs para o esperado ciclo de queda da Selic?

Ramos: A gente acha que o BC começa [a cortar juros] em agosto [na reunião desta semana]. Nós tínhamos esse "call" há mais de um ano e meio. Mas demos sorte, porque ninguém tem bola de cristal, mas parte do motivo pelo qual achávamos que começa a cortar em agosto é que já sabia que, pelo efeito base, a **inflação** de maio, junho e julho seria relativamente baixa e que na reunião de agosto o BC já começa a mirar como está a **inflação** no início de 2025. Com

2025 já entra no horizonte relevante de política monetária e com política monetária restritiva, quando se projeta a **inflação** no horizonte de dois anos já começa a ceder. Continuamos a achar que o BC começa a cortar os juros em agosto e nosso cenário é de uma queda de 25 pontos-base.

Até pode vir 50, mas dado que o BC tem enfatizado tanto a questão de ser paciente, que o processo é gradual e tem usado a palavra parcimônia, está com cara mais de 25 do que 50. Achamos que depois de agosto, o corte acelera para 50 pontos. Para o fim de 2023 prevemos uma Selic de 12% e ao final de 2024 em 9,25%.

Depois, em 2025, o BC pode cortar um pouco mais e chegar a 8,50%. Mas o grau de visibilidade para 2025, como você pode imaginar, não é muito grande.

# Economia domina a pauta no retorno do Congresso

**EDUARDO GAYER**

Depois de duas semanas sem atividades, o Congresso vai retomar os trabalhos hoje, em um período que tende a ser decisivo para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A agenda inclui votações essenciais na pauta econômica, e o caminho para aprová-las passa por mudanças na equipe de Lula - a **reforma ministerial** que o presidente começou a ensaiar antes da pausa, para amarrar melhor o apoio no Centrão, e que segue inacabada.

Para o Planalto, parte da tensão principal se dá em torno do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A LDO estabelece o ponto de partida para o orçamento do ano seguinte e, tradicionalmente, deve ser votada ainda no primeiro semestre, o que não ocorreu desta vez.

No caso da LDO de 2024, paira sobre Lula a ameaça de tornar impositivas as emendas do antigo orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão.

A consequência seria corroer ainda mais o poder de fogo do governo nas articulações políticas no Congresso.

Deputados e senadores tiveram um recesso informal em julho. A Constituição determina ser preciso votar a LDO para que o Congresso tire "férias".

Como isso não aconteceu, Câmara e Senado decidiram, por acordo, suspender as sessões legislativas e, assim, ter um recesso extraoficial.

## ECONOMIA.

Neste segundo semestre, há pautas econômicas importantes em discussão em ambas as Casas Legislativas. O Senado começa o mês com a **reforma tributária** na agenda.

Além disso, o projeto de lei que retoma o chamado voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** irá a discussão.

Na Câmara, voltam os debates sobre o arcabouço fiscal, mecanismo de controle do endividamento público que substitui o teto de gastos do governo. O tema já foi discutido na Casa, depois foi votado no

Senado. Agora retorna à Câmara para análise final das mudanças que foram feitas pelos senadores.

E há, ainda, a LDO. O relator da matéria é Danilo Forte (União Brasil-CE), ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Foi Forte o deputado que criou o instituto das emendas impositivas no Orçamento de 2014. O temor do Planalto é de que Forte atenda à demanda do Centrão e torne impositivas as emendas do chamado RP-2, que compõem o orçamento secreto.

A medida aumentaria o controle do Orçamento pelo Congresso e, conseqüentemente, diminuiria o manejo de emendas pelo Executivo, que seria obrigado a pagar os montantes reservados independentemente se o parlamentar for da base ou da oposição. Articuladores políticos de Lula reconhecem que seria uma derrota para o governo, que perderia capacidade de determinar prioridades na liberação de dinheiro do Orçamento comumente utilizada nas negociações para aprovar projetos de interesse do governo.

Danilo Forte tem evitado dizer, até mesmo a aliados mais próximos, se vai tornar o Orçamento ainda mais impositivo ou não. Afirma que só é possível dar andamento às tratativas após a aprovação do novo arcabouço fiscal.

## MINISTÉRIOS.

Paralelamente às votações, o governo vai ajustar sua relação com os partidos mediante a concessão de cargos. Esse ajuste deve se dar com a concessão de ministérios para o Republicanos e o PP. Ontem, Lira disse que tem trabalhado em prol de uma "composição adequada" na **reforma ministerial**, para que o governo tenha sustentação política.

Os deputados Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e André Fufuca (PP-MA) devem ser indicados ministros - mas o Planalto não definiu quais pastas lhes serão entregues.

\*

Orçamento Se a lei de diretrizes tornar impositivas as emendas do orçamento secreto, governo perde poder de negociação

\*

Assuntos

### **I Reforma tributária**

Um dos principais trunfos do governo Lula, vem sendo rascunhada há 30 anos. Foi aprovada na Câmara e agora vai a votação no Senado

### **I Carf**

Ter o voto de desempate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** é prioridade para o governo. Vai a votação no Senado

### **I Arcabouço**

É a regra para o endividamento do governo. Foi modificado no Senado. Agora volta à Câmara

#### **Notícias Relacionadas:**

PORTAL TERRA  
Economia domina a pauta no retorno do Congresso

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# CPIs, reformas e votações cruciais: a agenda do Congresso após o recesso

Depois de algumas semanas de relativa calma no recesso parlamentar, o Congresso retoma os trabalhos nesta terça-feira, 1º de agosto, e terá pela frente meses de pautas cheias, com temas cruciais para o governo e também para as lideranças partidárias. Além, claro, das CPIs que devem entrar em suas retas finais, e das negociações para aumentar o espaço do Centrão no governo.

A começar pela agenda econômica, hoje uma prioridade para o governo Lula. O projeto do novo arcabouço fiscal, aprovado pela Câmara, sofreu alterações no Senado, e retornará à Casa em breve para receber o sinal verde antes de ser levado para sanção de Lula. Nos bastidores, o relator do texto na Câmara, o deputado Carlos Cajado (PP-BA), já sinalizou que defenderá que as alterações dos senadores sejam descartadas, mas o resultado final ainda depende das negociações partidárias.

Por outro lado, o texto da **reforma tributária**, aprovado pela Câmara no final de julho, está agora no Senado, onde deve seguir um roteiro menos apressado do que entre os deputados. Eduardo Braga (MDB-AM), apontado relator da matéria, deve apresentar um plano de trabalho até a semana que vem, e o governo aposta em mudanças mais favoráveis às visões do Planalto.

Além das pautas econômicas, há pressão para que o Congresso aprecie o quanto antes outros temas. Um deles é o marco temporal das terras indígenas, aprovado pela Câmara em maio e que é alvo de pesadas críticas de especialistas, de representantes dos povos indígenas e integrantes do governo. O Planalto também está interessado na votação do PL das Fake News, aprovado ainda em 2020, mas que está no meio de um debate que inclui também as grandes empresas de tecnologia.

Por fim, as CPIs abertas no início do ano legislativo chegam às suas retas finais, como a CPI do MST, que serviu de palco para embates entre governistas e bolsonaristas, e a CPI do 8 de janeiro, que chegou a ser criticada por uma suposta lentidão em realizar convocações e fazer pedidos de quebras de sigilo e de documentos relevantes.

O Ao Ponto de hoje faz um resumo para você se situar nesse reinício de trabalhos no Legislativo, e quem

explicas os destaques é a repórter Camila Turtelli, da sucursal do GLOBO em Brasília. Ela também fala sobre a iminente **reforma ministerial**, que pode sacramentar um aumento do papel do Centrão na Esplanada, mas sem uma garantia de que isso se traduzirá em votos no Congresso.

Publicado de segunda a sexta-feira, às 6h, nas principais plataformas de podcast e no site do GLOBO, o Ao Ponto é apresentado pelos jornalistas Carolina Morand e Filipe Barini, sempre abordando acontecimentos relevantes da atualidade. O episódio também pode ser ouvido na página de Podcasts do GLOBO. Você pode seguir a gente em plataformas como Spotify, iTunes, Deezer e na Globoplay.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/08/01/cpis-reformas-e-votacoes-cruciais-a-agenda-do-congresso-apos-o-recesso.ghtml>

# Brasil segue com os juros mais altos do mundo - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

Na semana em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reúne-se para decidir se corta ou não a taxa Selic, não custa lembrar que o Brasil possui a taxa de juro real - medida pela diferença entre a Selic e a inflação - mais alta do mundo. Em junho, ele era de 7,54%. Para efeito de comparação, o México, segundo colocado no ranking, está relativamente distante, com a taxa em 5,94%. A comparação com países ricos torna a realidade brasileira mais dramática. Nos Estados Unidos, o índice era de 1,25% no mesmo mês. Tudo indica que o cenário brasileiro deverá mudar. É consenso no mercado que o colegiado liderado por Roberto Campos Neto, presidente do BC, tende a virar a curva dos juros para baixo a partir de amanhã. Resta saber a intensidade do corte. As instituições financeiras e consultorias se dividem sobre a redução, sendo que os palpites variam de 0,25 a 0,5 ponto percentual. Seja como for, o importante é que o jogo comece a virar.

Mercado reage bem à nova política de dividendos da Petrobras

No início do governo Lula, os investidores suspeitavam que a fartura de dividendos pagos pela Petrobras na gestão Bolsonaro chegara ao fim. A bonança, de fato, ficou para trás, mas o cenário não é tão ruim. Para analistas, as novas regras da petrolífera reduzirão os pagamentos aos investidores, mas não no nível que se esperava. A estatal fixou em US\$ 4 bilhões o valor anual mínimo caso o barril de petróleo Brent fique acima dos US\$ 40. Não à toa, as ações da Petrobras subiram com força ontem.

Programa Desenrola renegocia R\$ 2,5 bilhões em dívidas

O Programa Desenrola Brasil, criado pelo governo federal para a renegociação de dívidas, atinge marcas superlativas. De acordo com levantamento realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em apenas duas semanas os bancos renegociaram R\$ 2,5 bilhões de contas em atraso e tiraram do negativo 3,5 milhões de registros de clientes que deviam até R\$ 100. O mecanismo é importante para dar algum fôlego financeiro aos devedores e, mais para a frente, impulsionar o consumo.

FMI mostra otimismo com economia brasileira

Um extenso relatório produzido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) traça perspectivas positivas para a economia brasileira. Entre outros pontos, a instituição citou a **reforma tributária**, o novo marco fiscal e o Programa Desenrola como medidas positivas para o país. Outro aspecto destacado é a "ambiciosa" agenda de crescimento inclusivo e sustentável, desde que, é claro, o governo cumpra o que vem prometendo. Segundo o FMI, o **PIB** brasileiro crescerá 2,1% em 2023.

Rapidinhas »

Em dois meses, o aplicativo PicPay contabilizou R\$ 17 milhões transacionados via Open Finance, o novo sistema financeiro aberto do Banco Central. A empresa bateu a marca de quatro milhões de consentimentos fornecidos por 2,8 milhões de usuários. "Temos evoluído para tornar o PicPay o principal aplicativo financeiro do cliente", diz o diretor Pedro Romero.

» As incertezas a respeito dos rumos da economia atingiram o menor patamar desde novembro de 2017, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre). Para a economista Anna Carolina Gouveia, a queda do indicador se deve à redução das turbulências fiscais e políticas.

» O grupo varejista francês de supermercados Casino fechou um acordo de reestruturação com credores. O acerto resultará na injeção de 1,2 bilhão de euros e na reorganização da dívida de 6,4 bilhões de euros. Maior rede de supermercado da Europa, o Casino atua no mercado brasileiro por meio da rede GPA.

» Poucos setores sofreram tanto com as restrições de circulação durante a pandemia quanto o de eventos. Agora, ele está entre aqueles que aceleram com mais força. De acordo com a Abrape, associação que representa as empresas do ramo, o setor gerou 12,3 mil vagas no primeiro semestre, alta de 42% em relação ao mesmo período de 2022.

158 mil carros elétricos circulam no país, segundo a ABVE, a associação do setor. O número cresce a uma taxa de 50% ao ano "Se estou feliz em casa, isso me

torna um empregado melhor, um chefe melhor. Não fomos colocados na terra apenas para trabalhar" Andy Jassy, presidente da Amazon

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/01/all.pdf>**



# Dúvidas sobre as reformas

*rosana hessel*

A primeira semana de retorno dos trabalhos do Congresso Nacional após o recesso promete ser agitada, em meio à 5ª reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que começa hoje e termina amanhã. O Legislativo retomará a tramitação de duas importantes e complexas matérias econômicas: o projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal, o PLP 62/2023, e o da **reforma tributária** prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, agora no Senado Federal. Essas matérias, que tinham como principal argumento a simplificação, estão ficando muito complexas e precisam ser melhor debatidas para cumprirem esse objetivo primordial, segundo analistas.

No caso do novo arcabouço fiscal, o grande número de exceções à regra pode tornar a meta fiscal pouco factível. Além disso, ela é muito mais flexível do que o teto de gastos, que foi imposto por emenda constitucional, pois poderá ser alterada no Congresso ao longo do ano, caso o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, peça aval para a mudança. O novo arcabouço ainda precisa ser incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para balizar o Orçamento de 2024, cujo projeto de lei precisará ser encaminhado ao Legislativo até o dia 31.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr., ex-diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), durante o seminário realizado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), na última quinta-feira, resumiu o novo arcabouço como um "balaio de gatos" ou uma "barafunda", pois, segundo ele, foi votado pela maioria de deputados com uma série de mudanças, e muitos economistas ainda "não sabem do que estão falando". "O arcabouço era para dar uma segurança, mas como dar segurança com um emaranhado de regras que ninguém entende?", questionou. Ele citou como dos problemas da proposta a banda para o resultado primário, de mais ou menos 0,25%. "Talvez ela seja estreita demais", disse.

Em artigo recente, Batista Jr. faz uma analogia com a mitologia grega, colocando a nova regra fiscal entre Scylla e Charybdis, dois perigosos seres marinhos representados por um monstro e um redemoinho - grandes ameaças aos navegadores, destruindo quem tentasse passar entre os dois. "Em síntese: no frigor dos ovos, depois de muita discussão, de modificações em uma, depois noutra direção, resultou um

arcabouço complexo, pouco transparente, não tão eficaz para gerar a propalada confiança e, ao mesmo tempo, com viés restritivo, hostil ao crescimento econômico de que tanto precisa um país estagnado há cerca de 10 anos", escreveu.

A especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) também reconheceu que o arcabouço ficou muito complexo, pois depende muito do aumento de receitas que ainda não existem para ser cumprido. Contudo, ela reconheceu que a nova regra fiscal - que já passou pelo Senado no primeiro semestre e ainda precisa ser aprovada pela Câmara - ficou menos complicada do que a **reforma tributária**, que foi aprovada pelos deputados e precisa ser apreciada pelos senadores. "As emendas do arcabouço que ficaram com a Câmara são menos complexas do que a **reforma tributária**, que deverá demandar mais por conta da complexidade do sistema", observou.

Em relação à **reforma tributária**, Batista Jr. criticou o fato de a proposta transformar cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - em quatro. Além do Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e do Imposto Seletivo, no fim da votação na Câmara, foi incluído no texto o "jabuti" do imposto que pode ser criado pelos estados, na contramão da simplificação. "O progresso não é tão grande nesse ponto específico", afirmou ao Correio. Durante o seminário, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, defendeu um amplo debate sobre a reforma e um melhor detalhamento sobre o verdadeiro impacto na carga atual de **impostos**.

A diretora da IFI reconheceu o lado positivo de uma reforma depois de vários anos sem avanços. Contudo, também demonstrou preocupação com algumas exceções feitas na **reforma tributária**, que acabaram modificando a ideia de simplificação inicial e podem exigir uma carga tributária maior. "Quanto mais exceções forem feitas e benefícios forem concedidos, mais sobrecarga será gerada naqueles setores que, eventualmente, não tenham esses benefícios. E tem outros pontos, como o Fundo de Desenvolvimento Regional, que ainda vão demandar muito debate", afirmou.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/01/all.pdf>

# Congresso precisa desarmar a bomba fiscal (Editorial)

## Correio Braziliense

O Congresso retoma suas atividades nesta semana com duas matérias prioritárias na ordem do dia: a **reforma tributária**, que será examinada pelo Senado, e o novo arcabouço fiscal, que volta à Câmara para apreciação de emendas feitas pelos senadores. Sem essas medidas, a economia será prisioneira do seu próprio passado, porque a PEC da Transição aumentou o déficit fiscal e a regra que continua valendo é a do antigo Teto de Gastos. As expectativas para a economia são promissoras, mas também estão associadas à aprovação dessas mudanças. Sem reformas, a tendência é a taxa de juros ser mantida num patamar muito alto pelo Banco Central.

Neste semestre, o governo Lula foi beneficiado pela "pedalada fiscal" que herdou do governo Bolsonaro. Entretanto, isso gerou uma armadilha: os precatórios que não foram pagos pelo ex-ministro da Fazenda Paulo Guedes. Serviram para uma grande maquiagem na dívida pública. Em 2022, nas contas do Tesouro, o calote dos precatórios e das requisições de pequeno valor (RPV) chegou a R\$ 142 bilhões (1,4% do **PIB**) e pode chegar a R\$ 200 bilhões, em 2026. É uma bola de neve.

Mesmo assim, são números controversos. A Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, em 2021, avaliava que dívida com precatórios poderia chegar, em 2026, a R\$ 420,9 bilhões, em um cenário otimista, ou a R\$ 744,1 bilhões, em um cenário mais pessimista. A redução da **inflação** também tem impacto na gestão do déficit público, ainda mais quando a taxa de juros se mantém nos mesmos patamares.

O mercado está otimista com os indicadores de curto prazo mais positivos e a expectativa de aprovação da **reforma tributária** e do arcabouço fiscal, mas teme os o seus jabutis, que precisam ser expurgados do texto final, para evitar que percam a eficácia necessária.

Na semana passada, a notícia boa para o governo veio da Fitch, a segunda agência de risco norte-americana, que melhorou a perspectiva da nota do Brasil pela primeira vez desde 2019. Ao elevar rating da dívida de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil em um degrau, de BB- para BB, com perspectiva estável, a Fitch animou o mercado, que

aposta numa redução imediata da taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano, em 0,50 ponto percentual, para 13,25% na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nesta semana.

Fatores externos, porém, podem influenciar o cenário: a alta do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que está sendo absorvida pela Petrobras, porém em algum momento os preços de combustíveis terão que saber realinhar pela estatal brasileira, e a crise de abastecimento do trigo, com o bloqueio das exportações ucranianas pela Rússia.

Diante dessa situação, é preciso que todos façam o dever de casa: o governo precisa contingenciar os gastos, como foi anunciado; e o Congresso, aprovar o texto final do novo arcabouço fiscal, na Câmara, e da **reforma tributária**, em tramitação no Senado.

Nesse aspecto, as negociações entre o presidente Lula e os líderes do Centrão, para incorporação do PP e do PR à base do governo, com ocupação efetiva de espaços na Esplanada dos Ministérios, podem realmente garantir mais governabilidade, mas precisam aumentar a blindagem da política econômica. Ou seja, esses partidos precisam demonstrar responsabilidade com o equilíbrio fiscal. Se pressionarem para o governo aumentar o déficit fiscal, com adoção de medidas populistas, a emenda será pior do que o soneto.

## Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
Congresso precisa desarmar a bomba fiscal

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/01/all.pdf>

# A reforma tributária e a recuperação de tributos (Artigo)

**Tarcísio Tamanini**

O ano de 2023 trouxe à tona uma discussão antiga da sociedade brasileira e dos representantes do setor produtivo: o modelo de tributação exercido em território nacional. Historicamente, empresas e consumidores arcam com um alto volume de tributações em diversos setores, tributações que variam de estado para estado e apresentam diversas complexidades.

Por outro lado, segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), a soma das renúncias fiscais, que incluem todas as isenções, anistias e remissões provenientes de empresas, fez com que o governo federal deixasse de arrecadar R\$ 525 bilhões em **impostos** para o país em 2022.

Além do impacto para a sociedade, o sistema tributário possui também conexão vital com a prosperidade do negócio de uma empresa, pois muitas delas acabam pagando mais do que devem para a União em **tributos**, enquanto alguns setores possuem privilégios tributários, outras empresas acabam pagando mais do que devem em **impostos**.

Um dos principais motivos para esse cenário é a complexidade do sistema tributário atual, que possui uma legislação extensa, com grande quantidade de normas e obrigações, o que leva a interpretações equivocadas das leis tributárias e erros no cálculo dos **impostos** devidos.

É importante realizar uma análise detalhada das operações e atividades da empresa para identificar oportunidades de recuperação de **tributos**, além de ser recomendado contar com o auxílio de profissionais especializados em consultoria tributária com a finalidade de identificar as melhores estratégias e aproveitar os benefícios fiscais existentes.

Com sistema atual ramificado, a **reforma tributária** pode auxiliar na questão.

A proposta da **reforma tributária** tem como objetivo simplificar o sistema tributário brasileiro, unificando diversos **impostos** em uma única cobrança sobre o valor agregado (IVA), o chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Com a simplificação, espera-se que as empresas tenham uma melhor compreensão das

obrigações tributárias e que aconteça uma redução nos erros nos cálculos e pagamentos de **impostos**.

Os **impostos** que podem "sofrer" essa unificação, caso a reforma seja aprovada no Senado Federal, são IPI (Federal); PIS (Federal); Cofins (Federal); ISS (Municipal); e ICMS (Estadual).

Durante este período no qual muitas ideias ainda estão sendo debatidas, a melhor maneira de atualizar o setor contábil de uma empresa é incentivar a busca por conhecimento sobre as mudanças propostas na **legislação tributária** e investir em capacitação e treinamento de equipe, para que estes possam entender rapidamente as alterações e realizar as adaptações necessárias.

A partir da provável nova lei tributária, é fundamental que as organizações façam uma análise minuciosa dos impactos que as mudanças tributárias trarão para o seu negócio, isso inclui avaliar possíveis aumentos ou reduções de custos, rever estratégias de precificação, considerar os efeitos nas operações e no fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Além de tudo, um planejamento tributário adequado pode ajudar as empresas na adaptação e no aproveitamento de oportunidades decorrentes das alterações na legislação, tornando mais rentável o negócio.

Tarcísio Tamanini, Especialista em direito tributário

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/08/2023/p1>

# Mercado diverge sobre corte da Selic

**Rosana Hessel**

Às vésperas da 5ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deste ano, que começa hoje e termina amanhã, não há dúvidas entre analistas e agentes financeiros de que o Banco Central (BC) iniciará um novo ciclo de redução da taxa básica de juros, a Selic, que está em 13,75% ao ano desde agosto de 2022. As dúvidas são sobre o tamanho do corte, com as apostas do mercado divididas entre 0,25 e 0,50 ponto percentual. A possibilidade de uma redução maior é praticamente descartada pelos analistas.

A maioria dos economistas ouvidos pela reportagem acredita numa diminuição de 0,25 ponto na Selic, que cairia para 13,50%, e numa posterior queda gradual, mesmo com os indicadores de **inflação** em franca desaceleração. Incertezas econômicas, piora nas contas públicas e ruídos políticos são alguns dos alertas que embasariam a postura mais conservadora do BC.

As atenções do mercado estarão voltadas para o **comunicado** que será divulgado amanhã pelo Copom, pois a expectativa é de que a decisão sobre o novo patamar da Selic não será unânime. Há dois novos integrantes no colegiado: o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, e o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos, os primeiros escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem poupado críticas ao BC.

Com a previsão de um ciclo gradual de redução, analistas não descartam a possibilidade de a Selic chegar ao fim de 2024 ainda próxima de 10%. A mediana das estimativas do mercado coletadas pelo BC no boletim Focus prevê os juros básicos terminando em 12% neste ano, passando para 9,50% no fim do ano que vem.

Por isso, há muita preocupação no governo com a perspectiva de que a política monetária continue restritiva e segurando atividade econômica. Isso em um cenário no qual a política fiscal precisará ser menos expansionista - e não apenas por conta do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, que ainda não estão definidos, o que não permite estimar seu impacto sobre a despesa pública.

A certeza é de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) vai desacelerar no ano que vem, ou seja, o governo vai arrecadar menos, enquanto os gastos permanentes

não param de aumentar, o que representa um sinal amarelo para o Copom.

**QUEDA GRADUAL** As projeções do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, ainda estão acima do teto da meta deste ano, de 4,75%, o que pode significar o terceiro descumprimento consecutivo da meta pelo BC. Analistas recordam que, na ata da última reunião, em junho, o Copom sinalizou que poderia iniciar o ciclo de cortes em agosto, mas reforçou que o processo desinflacionário tende a ser lento e requer "parcimônia e cautela na condução da política monetária".

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/08/2023/p1>

# Jaques Wagner rechaça pressão do centrão pelo Bolsa Família

**Marianna Holanda e Victoria Azevedo Brasília**

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner, disse nesta segunda-feira (31) que tende a zero a chance de o governo Lula (PT) entregar para o centrão o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família.

A pasta é alvo de cobiça de integrantes dos partidos do centrão, que negociam ampliar espaço na Esplanada em troca de apoio às pautas do governo no Congresso Nacional. As duas principais siglas que estão nessas tratativas com o governo são Republicanos e PP.

"Acho que essa expectativa tende a zero. Isso aí não é um problema meu, mas a entrega de um ministério que tem a cara dele para um partido que não esteja, vamos dizer, que tenha mais história com a gente", disse a jornalistas no Palácio do Planalto.

"Esse é o problema, também atiravam na Saúde, agora no Wellington [Dias], quem será o próximo?", completou.

A pasta liderada por Nísia Trindade também chegou a entrar na mira do centrão, mas Lula já rechaçou publicamente demiti-la. Quanto ao Desenvolvimento Social, o chefe do Executivo também afastou interesses do centrão sobre a pasta, mas sem citar diretamente o correligionário.

"Esse ministério é um ministério meu. Esse ministério não sai. A Saúde não sai. Não é o partido que quer vir para o governo que pede ministério. É o governo que oferece o ministério", disse à TV Record, no último dia 13.

"É só fazer uma inversão de valores. No momento certo, nós vamos conversar da forma mais tranquila possível. Não quero conversa escondida, conversa secreta. Na hora que voltar Congresso Nacional, que for juntar os líderes dos partidos que vou conversar, toda a imprensa vai ficar sabendo o que que eu conversei com cada um, o que foi ofertado para a participação do governo e o que o governo quer estabelecer de relação com o Congresso até o final do mandato", completou.

A primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja,

também já havia passado recado da força de Wellington Dias. No começo deste mês, ela disse na gravação de um vídeo no ministério, ao lado dele, que a pasta é o "coração do governo".

"Eu estou aqui no MDS e esse é o coração do governo. O presidente Lula fala que a população mais pobre do Brasil é a prioridade desse governo. Então, o Ministério do Desenvolvimento Social é que atende. As políticas públicas feitas para essa população acontecem e são pensadas aqui com essa equipe maravilhosa", afirmou a primeira-dama.

Apesar dos gestos, a pasta comandada por Wellington Dias tem acumulado críticas dentro do Palácio do Planalto, pela frustração com a baixa quantidade de pautas positivas para o governo, e também no Congresso Nacional, por ter travado a liberação de emendas. O ministério tem R\$ 276 bilhões de orçamento -mais do que Saúde e Educação.

Com a volta do Congresso nesta semana, há expectativa da retomada das discussões sobre a **reforma ministerial**. Em entrevista à Folha, o ministro da articulação política, Alexandre Padilha, evitou descartar possibilidade de negociar a pasta com os partidos e citou o mesmo termo de Janja, "coração do governo".

"Não tem esse debate ainda, só deve começar a partir de agosto, quando Lula se reunir com as lideranças partidárias. O que ele deixou muito claro, mais de uma vez, é que é um ministério que faz parte do coração do governo", disse, questionado sobre a chance de o PP ou Republicanos assumirem a pasta do Bolsa Família.

Se não se concretizar a negociação do ministério, integrantes do centrão têm expectativa de pasta com orçamento e importância similares. Menor, o Ministério dos Esportes, de Ana Moser, também chegou a entrar nas conversas, mas hoje auxiliares palacianos veem a troca como improvável.

O que é tratado como unanimidade até o momento é a troca da presidência da Caixa, hoje com Rita Serrana. Um in dicado pelo centrão, provavelmente pelo PP, deve comandar o banco.

Na tarde desta segunda-feira (31), último dia do recesso legislativo, o presidente da Câmara, Arthur

Lira (PP-AL), comentou também a reforma e afirmou nas redes sociais que a escolha de ministros "é prerrogativa exclusiva" do presidente da República e que cabe a ele "estabelecer um diálogo republicano com as direções e os líderes partidários".

"Continuo trabalhando junto a eles para fazer a composição adequada para o governo obter a necessária sustentação política no Congresso Nacional, conforme diálogo mantido com o presidente da República, após a votação da reforma tributária", escreveu.

A expectativa no governo é que Lula se reúna nesta semana com Lira e líderes de PP e Republicanos para avançar na reforma da Esplanada.

"Esse é o problema, também atiravam na Saúde, agora no Wellington [Dias, do Desenvolvimento Social], quem será o próximo?" Jaques Wagner líder do governo no Senado

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50355>**

# Relator da Tributária defende teto de alíquota na Constituição

**Eduardo Cucolo**

O senador Efraim Filho (União-PB), coordenador e relator do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, afirma que é necessário pôr na Constituição um teto para a alíquota dos novos **tributos** criados pela proposta que trata da tributação do consumo.

A reforma prevê que a alíquota será aquela necessária para manter a arrecadação dos **tributos** que estão sendo extintos (PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS). Para o parlamentar, ela deve ser calculada considerando a carga tributária neutra de benefícios.

O senador conversou com a Folha antes de participar de debate sobre o tema, nesta segunda (31), promovido pelo Instituto Unidos Brasil em São Paulo. Ele diz que as discussões no Senado devem ficar concentradas em quatro frentes: alíquota de referência, período de transição, Simples Nacional e Conselho Federativo.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da **Reforma Tributária** foi aprovada pela Câmara no início de julho e será enviada ao Senado na volta do recesso parlamentar. Nessa nova etapa, o texto será analisado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) antes de ir para o plenário da Casa, mas já há um grupo de trabalho na CAE que vai contribuir para as discussões.

"A nossa ideia é que a CAE possa, de forma paralela, mas não de conflito, complementara CCJ, fazer esse debate dos impactos na vida real das empresas e das pessoas. Vamos realizar audiências públicas com governadores, representantes dos municípios, representantes de entidades dos setores produtivos, economistas, estudiosos", afirma.

Segundo ele, o grupo da Câmara trabalhou em cima de diversas propostas, mas sem ter um texto pronto para ser analisado. "Foi um discurso em abstrato. Quando veio o texto, a discussão foi muito limitada. Apresentou o texto em uma semana, se votou na outra. Muitas dessas mudanças vieram, inclusive, na reta final, já no plenário."

"Agora, nós temos um texto que é uma espinha dorsal. Então, vamos estar ali de 60 a 90 dias dedicados a

debater quais os impactos dele. Retirar do texto aquilo que, porventura, entendemos que esteja equivocado. E incorporar algo que, porventura, tenha faltado na Câmara."

O senador afirma ter duas convicções em relação à proposta. A primeira é a necessidade de mudança de modelo. "Há poucos consensos na **Reforma Tributária**. Um deles é que o nosso atual modelo está esgotado, é arcaico, obsoleto, só atrapalha quem quer produzir. É tão confuso que até o Simples é complexo. A mudança de modelo para o IVA, que é praticado nas economias mais desenvolvidas, é bem-vinda."

A outra questão é a possibilidade de aumento da carga tributária. "Defendo que venha na PEC a alíquota máxima. Vou fazer essa sugestão. A PEC não é o lugar, logicamente, para você ter alíquota. Você não vai ter 22,9%, 23,4%, nada disso. Agora, o teto, supondo um número, 25 [%]. Então, dali não passa. Se o governo quiser mais recursos, vai reduzir a despesa."

Em relação aos setores beneficiados com alíquotas menores, ele afirma que é necessário manter o Simples Nacional e avaliar as desonerações para saúde, educação e cesta básica, por exemplo.

Segundo o senador, a preocupação agora deve ser ter uma reforma para melhorar a vida de quem paga o imposto, não de quem arrecada. "**Reforma tributária** é para facilitar a vida do empreendedor, do cidadão, do contribuinte. Não é para melhorar a vida dos governos, aumentando o imposto para arrecadar mais."

O senador disse concordar com as linhas gerais da reforma, como o IVA dual, algo necessário nesse momento de transição.

"A nossa **Reforma Tributária** não significa simplesmente mudança na lei, ela é uma mudança de cultura. Essa mudança passa por você ir adaptando essa questão das autonomias dos entes federativos para que todos possam, de forma conjunta, deliberar. Não é a realidade de hoje, em que cada um é dono do seu."

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

50355&anchor=6481011&maxTouch=0&\_ga=2.170638624  
.1872260513.1690772705-  
1980247189.1672582619&\_mather=757bf67604fe4aa8&pd  
=5fe050d8723dee19d459a75351f32de8



# 70% do mercado vê Selic 0,25 menor

**I THAÍS BARCELLOS e EDUARDO RODRIGUES**

Após um ano com a Selic parada em 13,75%, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve iniciar o ciclo de cortes dos juros básicos na reunião desta semana em uma decisão dividida, provavelmente entre uma queda de 0,25 (para 13,5%) e de 0,5 ponto porcentual (13,25%). Se já houve divergência no colegiado no encontro de junho, a chegada dos diretores indicados pelo Planalto, Gabriel Galípolo e Ailton Aquino, tende a reforçar o dissenso. O comitê se reúne hoje e amanhã.

Se confirmada a redução da taxa, será exatamente três anos depois do último movimento de queda da Selic, para 2%, a mínima histórica, no contexto da pandemia de covid-19. Conforme pesquisa do Projeções Broadcast, é unânime a aposta de corte da Selic nesta semana entre as 88 instituições financeiras consultadas, das quais 70% (62) esperam recuo de 0,25 ponto e 26 projetam baixa de 0,5 ponto.

O mercado passou a apostar em peso em um primeiro corte dos juros básicos neste mês após a ata do Copom de junho. No documento, o BC informou que a maioria dos oito membros já enxergava condições para iniciar um processo "parcimonioso" de flexibilização, em caso de continuidade da queda da **inflação**.

A concretização desse cenário, combinado com o avanço da **reforma tributária**, a apreciação cambial e a melhora do rating do Brasil pela Fitch, colocou uma queda maior, de 0,50 ponto porcentual, no radar.

"Em uma provável decisão dividida, parece igualmente possível que a maioria prefira começar com a nossa projeção de um movimento de 0,25 ponto ou um corte mais agressivo (e usado com mais frequência) de 0,5 ponto", resumiu o JPMorgan, em relatório.

A economista-chefe do banco no Brasil, Cassiana Fernandez, disse que há argumentos técnicos que justificam as duas opções.

Segundo ela, há uma desinflação mais rápida nos últimos meses muito amparada no alívio nos preços de bens. Para Cassiana, é preciso que haja também uma desaceleração do custo dos serviços de forma sustentável, o que é mais difícil, pois o mercado de trabalho está aquecido.

No BV, o economista-chefe, Roberto Padovani, aposta

em um corte de 0,25 ponto, por "conservadorismo" do Copom.

As projeções do economista são de cortes de 0,5 ponto nas reuniões seguintes, de setembro, novembro e dezembro. "O importante é começar a cortar." A GAP Asset projeta corte de 0,5 ponto nesta reunião, mas a economista-chefe e sócia, Anna Reis, também reconhece que a definição será muito apertada, com chance de queda de 0,25 ponto. "Vamos ver como vai funcionar na prática, com a entrada dos dois novos diretores", diz. A GAP espera Selic em 11,75% no fim do ano.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# FMI elogia Brasil, mas cobra meta fiscal rígida

**ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE NOVA YORK**

Depois de melhorar novamente a projeção para o crescimento do Brasil neste ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reconheceu que o avanço da agenda legislativa no País, com o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária, enviam um sinal positivo.

Apesar disso, o organismo reforça a cobrança de uma consolidação fiscal mais ambiciosa no País, conforme o novo relatório Artigo 4, documento anual do Fundo que avalia a economia de seus países-membros, que foi publicado ontem. A missão do Fundo ao Brasil foi realizada entre os dias 2 e 16 de maio.

Quanto ao crescimento do País, o FMI espera que o Brasil tenha expansão de 2,1% neste ano, acima da sua estimativa anterior e que apontava alta de 1,2%, conforme as novas projeções divulgadas na semana passada. Ainda assim, o ritmo deve desacelerar frente a 2022, quando o País cresceu 2,9%.

**INFLAÇÃO.** Às vésperas da reunião do Banco Central (BC), o FMI reconheceu a melhora da inflação brasileira e elogiou a resposta proativa da autoridade monetária, que deve ser o segundo a iniciar o processo de relaxamento das taxas, após o Chile. O Fundo espera que a inflação nominal alcance 5,4% até o fim de 2023 e convirja para a meta em meados de 2025, enquanto a inflação básica deve cair mais de forma gradual.

O Fundo alerta ainda sobre os perigos da incerteza fiscal e de uma inflação mais persistente, mas afirma que os riscos mudaram de direção e, agora, são positivos.

"Consolidação fiscal mais ambiciosa, a aprovação e implementação da reforma dos impostos indiretos e as oportunidades de crescimento verde trazem riscos positivos", diz o organismo.

**Notícias Relacionadas:**

O LIBERAL - BELÉM - PA  
FMI elogia Brasil, mas cobra meta fiscal rígida

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# E a reforma administrativa? (Artigo)

**Cristiane AJ.Schmidt**

Há 30 anos se discutia a necessidade de uma reforma da Previdência, que foi feita em 2019. Podia ter sido melhor-isso significa que haverá outra -, mas foi a mudança politicamente possível na época. De forma similar, observa-se o amadurecimento da sociedade quanto à inevitável **reforma tributária** (PEC 45). Como se observa no debate público e pela ampla aprovação da proposta na Câmara dos Deputados, houve total apoio do Executivo, do Legislativo, dos governadores, dos prefeitos e dos contribuintes, com raras exceções. Mais uma vez, tem-se que é a "política que manda", e o texto deverá ser lapidado no Senado. Espera-se que até dezembro a tão almejada PEC 45 tenha sido aprovada no Congresso Nacional, faltando sua regulamentação. Das reformas estruturais relevantes, portanto, falta a de pessoal.

A reforma administrativa, por lógica, deveria ter vindo antes da tributária, porque, como se trata de elevadas despesas obrigatórias, seria oportuno saber primeiro o nível de gastos que se deseja ter para, então, focar na carga tributária necessária para arcar com os ditos dispêndios. Embora, para a União, seja o segundo maior gasto (perdendo para a Previdência), para os demais entes federativos (5.570 municípios e 27 estados), pessoal é o desembolso que mais pesa. Politicamente, porém, não foi possível fazer a reforma administrativa antes da tributária, o que está bem, desde que ela ocorra logo.

Digo logo porque todas as três reformas mencionadas se relacionam com a temática do equilíbrio fiscal, que impacta os índices da economia: **inflação**, juros e câmbio. O cidadão não sente diretamente no bolso desequilíbrios fiscais, mas sofre com suas consequências quando há déficit: preços elevados e falta de recursos para que os governos possam investir nas necessidades da população. Não por menos, responsabilidade social e fiscal andam de mãos dadas.

Causa estranheza, pois, a União anunciar concurso público para 10 mil vagas, antes de organizar o RH do Estado, diante de uma batalha desenfreada dos ministérios da Fazenda e do Planejamento para evitar que a relação dívida-**PIB** siga subindo e no meio de uma **reforma tributária**, em que se tem evidenciado com clareza que os contribuintes não querem pagar mais uma das maiores cargas de **impostos** entre os países em desenvolvimento (34% do **PIB** ante média de 25%). O brasileiro paga muito tendo em vista os

serviços públicos que tem.

Não existe almoço grátis. É como no lar ou na empresa: não se pode gastar mais do que se tem. Sonhar é ótimo, mas produz dívida e gera estresse. Em vez de cada grupo de contribuinte ir ao Parlamento suplicar para ficar isento ou obter alíquota reduzida, o mais racional é pedir para que haja urgentemente avaliação e revisão dos gastos atuais de todos os entes da Federação. Certamente, uma reforma administrativa bem feita reduziria a carga tributária. Afinal, não é justo que a renda mensal média brasileira seja de R\$ 2.500, que 70% dos brasileiros ganhem menos de dois salários mínimos e que um juiz ganhe mais de R\$ 150 mil por mês. Há algo eticamente muito errado, embora possa ser legal. Que venha logo a reforma nacional do RH público.

Causa estranheza a União anunciar concurso público para 10 mil vagas, antes de organizar o RH do Estado

Cristiane AJ.Schmidt, consultora sênior para o Banco Mundial e professora da FGV, foi conselheira do Cade e secretária de Economia de Goiás

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ  
E a reforma administrativa?

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Uma reforma tributária complexa, porém necessária - LUIZ SCHYMURA

**LUIZ SCHYMURA**

Em um país com extensão territorial continental, com população que supera a marca dos 200 milhões de habitantes e com expressiva desigualdade não só de renda, mas também educacional e cultural, como é o caso brasileiro, é muito difícil promover grandes mudanças institucionais. Afinal, as reivindicações da população são muitas e variadas, e, por isso, as forças políticas - representantes legítimas de agrupamentos sociais -, quando antevêm prejuízos a serem incorridos por seus representados, acabam se tornando agentes contrários às reformas. A estratégia passa a ser interditar o debate. Não à toa, modificações mais profundas nos marcos institucionais brasileiros levam, por vezes, décadas para serem concluídas. É necessário um longo período de negociação e amadurecimento.

Nessa linha, após muita discussão na busca da convergência, o Brasil dá sinais de que irá, finalmente, implementar uma profunda e abrangente **reforma tributária**. A expectativa é a de que, no primeiro momento, tenhamos uma considerável reforma do sistema tributário do consumo. De fato, como lembra meu colega Manoel Pires, a reforma dos **tributos** sobre consumo está mais madura no Brasil, tendo sido debatida por mais tempo, e já existe o modelo bem consolidado e experimentado por muitos países do imposto sobre valor adicionado (IVA). Por outro lado, as abordagens para a reforma dos **impostos** sobre a renda e patrimônio são bem menos consensuais, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

APEC aprovada na Câmara no começo de julho-que hoje tramita no Senado Federal- introduz um IVA dual, nos moldes da reforma canadense, diferenciando a União dos Estados e municípios. O IVA dual será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União, com a unificação do IPI e PIS-Cofins; e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de Estados e municípios, fundindo ICMS e ISS.

Em tese, esse "novo" IVA ajudará a mitigar as distorções causadas pelo nosso atual sistema de tributação.

Para começar, há atualmente uma elevada diferenciação na tributação de bens e serviços, sendo os primeiros muito mais taxados que os últimos. De

fato, o "exagero" na tributação dos bens é prejudicial à competitividade do país, na medida em que estes estão mais sujeitos à concorrência internacional. Ao estabelecer os contornos para tornar mais

equânime a tributação entre bens e serviços, o texto em tramitação nas Casas Legislativas também tem o condão de deflagrar uma baita política industrial, uma vez que desonera a indústria de transformação.

Além disso, dentre tantas distorções que nosso emaranhado arcabouço tributário fomenta, o elevado custo de conformidade e a propensão a litigar, bem como as decisões produtivas que ocorrem por conta da diferenciação tributária-sendo a guerra fiscal entre os Estados a mais notória-, são os destaques. Nesse contexto, como consta da PEC, a simplificação tributária e a cobrança do IVA dual no destino parecem dar conta do problema.

Há farta evidência empírica quanto à melhora em indicadores macroeconômicos devido à introdução do IVA. Em particular, um estudo de 2020 (de autoria de Bibek Adhikari) apontou ganhos de cerca de 8% no **PIB** por trabalhador avaliando 33 episódios de introdução do IVA mundo a fora, chegando a quase 33% no caso de países de renda média-alta (grupo no qual o Brasil está inserido).

Embora a essência do modelo tributário que está em vias de ser aprovado seja consistente e, em linhas gerais, alinhado com as melhores práticas internacionais, o que ainda causa certa apreensão são os desafios associados à implementação da Reforma. Naturalmente, as mudanças propostas não serão implantadas de imediato. Durante a transição, o antigo e o novo regimes deverão operar em conjunto. Teremos um longo percurso até que o novo sistema esteja, finalmente, em plena operação.

Com isso, duas questões de escopo mais amplo suscitam preocupação. Primeiramente, no já intrincado sistema tributário brasileiro hoje em vigor, adicionar mais um regime exigirá uma definição detalhada das regras da transição. Certamente, serão grandes os desafios à frente. Em termos objetivos, a agenda legislativa pós-aprovação da PEC sugere o ano de 2026 como o início da transição, pois é necessário que algumas leis complementares sejam aprovadas, regulando diversos aspectos da reforma. Contudo,

como lembra Manoel Pires, esse detalhamento é tão complexo que levanta o questionamento da suficiência de lei complementar. Na realidade, é possível que para a implementação efetiva da reforma também sejam necessárias mais etapas de aprovação de leis ordinárias e regulamentos.

Em segundo lugar, o fim do processo de transição para a CBS e o IBS não encerra a busca pela alíquota neutra, aquela que fará com que o novo sistema arrecade como proporção do **PIB** o mesmo que o atual. Esse processo de calibragem levará alguns anos e dependerá da aferição de outras variáveis, como a mudança dos níveis de elisão e evasão fiscal entre os dois regimes, como aponta meu colega Bráulio Borges. Quanto à alíquota final, a soma da CBS com o IBS que tem sido aventada pelos analistas é de 25%, que já é um nível elevado em comparações internacionais, porém há quem pense que venha a ser ainda maior, tomando-se de fato "a" alíquota padrão de IVA mais alta do planeta.

Em suma, a **reforma tributária** do consumo que se conseguiu delinear no Congresso Nacional traz pontos bastante positivos, resolvendo diversos gargalos de nosso sistema tributário. No entanto, dois pontos merecem cuidado e atenção redobrados. Primeiramente, é importante todo o esmero de nossos legisladores na montagem da legislação infraconstitucional que determinará o modus operandi da transição dos regimes. Não se pode deixar pontas soltas. Em segundo lugar, o governo deve trabalhar intensamente para evitar uma lista muito extensa de setores a serem beneficiados com IVA reduzido. Caso contrário, há o risco da alíquota final do IVA dual ficar tão alta que inviabilize o bom funcionamento do novo regime.

# FMI aponta riscos de implementação do arcabouço

O Fundo Monetário Internacional (FMI) diz ver com bons olhos o compromisso do governo brasileiro em melhorar a posição fiscal do país para manter a sustentabilidade da dívida, mas apresenta sugestões que podem aprimorar o novo arcabouço para as contas públicas. No relatório anual completo sobre a economia brasileira, divulgado ontem, o Fundo alerta para riscos de implementação do arcabouço, dado o foco nas receitas, discute opções que ajudem a colocar a dívida pública numa trajetória clara de queda e elogia a política monetária do Banco Central.

No relatório do chamado artigo IV, o capítulo que prevê a avaliação anual de seus países-membros, o FMI afirma que "o foco da nova regra nas receitas acarreta importantes riscos de implementação, e uma consolidação mais ambiciosa é necessária para alcançar uma trajetória de queda firme da dívida".

Uma das sugestões é um esforço fiscal mais ambicioso além de 2026. Considerando as premissas macroeconômicas da equipe de economistas do FMI, um superávit primário (que exclui gastos com juros) de 1,5% do **PIB** é necessário para estabilizar a dívida no longo prazo. Nas estimativas do Fundo, o resultado primário do governo central será um rombo de 1,3% do **PIB** neste ano e de 0,8% do **PIB** do ano que vem, saindo do vermelho apenas em 2026. O governo pretende zerar o rombo em 2024.

Outras medidas para aprimorar o arcabouço seriam uma regra para as despesas que enfrente a questão dos elevados gastos públicos, reduzindo os riscos de um ajuste apenas pelo lado da receita. Na visão do FMI, limites para despesas podem ser fortalecidos garantindo a consistências com metas de resultado primário, vinculando o crescimento dos gastos a aumentos na relação estrutural entre receita e **PIB** e reduzindo o viés pró-cíclico da nova regra fiscal.

O Fundo recomenda ainda cláusula de escape como resposta a choques e mecanismo para promover economia do governo na alta dos preços das commodities, e regras de maior restrição orçamentária para governos subnacionais.

O Fundo sugere um quadro fiscal de médio prazo mais abrangente, que possa distinguir despesas correntes e de capital, bem como projetos antigos e novos. O monitoramento de cláusulas de escape, assim como

análises de sustentabilidade da dívida, de planos orçamentários e de metas, poderiam ficar a cargo da Instituição Fiscal Independente (IFI), acrescenta o FMI.

O FMI também destaca a necessidade de mobilização adicional de receitas para assegurar a consolidação fiscal, considerando que a reforma dos **impostos** sobre a renda, que deve ser encaminhada ao Congresso no segundo semestre, será chave para gerar arrecadação extra, além de eliminar benefícios tributários ineficientes e aumentar a progressividade.

A equipe de economistas do Fundo aponta algumas medidas que podem gerar receitas adicionais de 1% a 2% do **PIB**. As alterações envolveriam o imposto de renda para a pessoa física, o imposto de renda para a pessoa jurídica, o Simples, **tributos** sobre a propriedade e receitas de commodities. O Fundo considera ainda positiva a **reforma tributária**, aprovada pela Câmara dos Deputados, assim como os planos para mudar os **impostos** diretos e simplificar os benefícios tributários.

No relatório, os diretores elogiam a resposta pró-ativa da política monetária do Banco Central (BC) consistente com a estrutura de metas de **inflação**, num cenário marcado pelo lento declínio dos núcleos dos índices de preços, que buscam reduzir ou eliminar a influência dos itens mais voláteis. Para o Fundo, a política monetária deve seguir olhando para frente e dependente dos dados.

"A postura da política monetária é adequada e consistente com a convergência da **inflação** para a meta", afirmam. "Apesar da grande queda recente da **inflação** cheia, os componentes da **inflação** mais sensíveis ao ciclo econômico, como os serviços subjacentes, permanecem elevados e altamente inerciais. As expectativas de **inflação** estão acima da meta, mas caíram mais recentemente." A diretoria-executiva saúda a decisão de adotar uma meta de **inflação** contínua, "que deve melhorar a eficácia da política monetária" e elogia as melhorias na autonomia do BC.

O relatório também traz estimativas do FMI desde 2003 para o crescimento potencial- aquele que a economia consegue sustentar sem gerar pressões inflacionárias. Em 2022, ele ficou no intervalo entre 1,3% e 2,2%, de acordo com diferentes metodologias

usadas pelo Fundo. O documento ressalva que os resultados variam conforme os parâmetros escolhidos, ressaltando que todas as metodologias sugerem que o crescimento potencial "declinou constantemente nas últimas décadas e aumentou nos anos recentes". Entre 2003 e 2008, a taxa média foi de 4,1% entre as diversas maneiras de cálculo consideradas, amparadas por investimento elevado e uma taxa de desemprego declinante. "O crescimento potencial diminuiu depois da crise financeira global, ficando na média de 3,3% entre 2009 e 2013, devido à queda na expansão do investimento e na taxa de emprego, apesar do recuo na desocupação." O potencial de expansão da economia caiu ainda mais depois da crise econômica de 2014, segundo a instituição. Entre 2014 e 2019, a taxa ficou em apenas 0,1%. Os principais determinantes para esse número tão baixo foram a queda do investimento e uma significativa deterioração do mercado de trabalho, especialmente o aumento do desemprego. "O crescimento potencial aumentou nos anos mais recentes, ficando na média de 1,3%, devido a melhoras no mercado de trabalho e a uma alta no investimento", diz o relatório, destacando que o número para o ano passado ficou entre 1,3% e 2,2%, de acordo com diferentes metodologias.

O FMI observa ainda que o crescimento potencial e o nível do **PIB** foram afetados pela pandemia, que teria deixado cicatrizes significativas na economia brasileira. Nas estimativas do Fundo, houve uma perda do ritmo potencial de expansão de 0,4 ponto percentual no período de 2020 a 2022.

1,3% do **PIB** é o déficit previsto pelo FMI para este ano

# CAE do Senado terá audiências públicas para discutir tributária

O Senado retoma formalmente os trabalhos nesta terça-feira (1) com foco na pauta econômica.

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) será apresentado o plano de trabalho do grupo de trabalho da **reforma tributária** do colegiado pelo senador Efraim Filho (União-PB).

Na semana que vem, segundo o parlamentar, deverão começar as audiências públicas com representantes dos setores produtivos, de Estados e municípios, do Ministério da Fazenda, economistas e estudiosos do tema.

O grupo de trabalho deve funcionar por 60 dias. Um dos principais pontos de discussão será a questão federativa. Nessa segunda-feira (31), Efraim Filho reuniu-se com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para debater o tema e formalizar o convite para que o mandatário paulista compareça à CAE.

De acordo com o senador, Tarcísio aceitou o convite, mas a participação ainda não tem uma data definida.

Efraim acredita que, assim como na Câmara, o governador de São Paulo pode ter um papel relevante no encaminhamento da matéria no Senado. "São Paulo é a maior economia do país e será importante escutar a sua visão sobre o tema, como a de outros governadores e representantes dos entes federativos", pontuou.

Além de Tarcísio, Efraim afirmou que o colegiado deve convidar o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), contrário à proposta, e o governador da Paraíba e presidente do Consórcio Nordeste, João Azevêdo (PSB).

Um dos principais críticos da matéria, Caiado afirmou em um seminário sobre a **reforma tributária** realizado em São Paulo, que espera um debate mais amplo no Senado e criticou a maneira como o projeto foi aprovado na Câmara. "Eu espero que os senhores senadores possam requerer, no início do mês de agosto, sessões temáticas no plenário do Senado Federal", defendeu Caiado em evento realizado pelo Instituto Unidos Brasil.

Já o relator da proposta na Casa, Eduardo Braga

(MDB-AM), aguarda a chegada do texto aprovado pela Câmara dos Deputados para apresentar o plano de trabalho. A ideia do senador é ter uma proposta de tramitação até a semana que vem. A expectativa de Braga é que a redação final do texto chegue nesta semana ao Senado.

O projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde Braga será formalmente indicado para relatoria. Para isso acontecer ainda nesta semana, a redação final deve chegar ao Senado até quarta-feira (2), quando ocorre a próxima sessão da CCJ.

Para a elaboração do plano de trabalho, o relator prepara um raio x da proposta aprovada na Câmara. Durante o recesso, Braga reuniu-se com representantes dos mais variados setores. O parlamentar, ao lado de sua equipe e consultores do Senado, esteve com técnicos da Fazenda e do Tribunal de Contas da União (TCU) para fazer o diagnóstico do projeto.

Em entrevista ao portal Metrôpoles na última semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que, a pedido de Braga, a pasta irá entregar um estudo de impacto detalhado no início do semestre legislativo. O relator definiu a análise como "fundamental" para o trabalho no encaminhamento da matéria.



# Lira diz que "deve haver" conversa com Lula para aprimorar coalizão

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), confirmou nesta segunda-feira (31) que "conversa deve haver" com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aprimoramento da composição política do governo. Embora não tenha dito expressamente, ele se referia ao aumento da participação de representantes do Centrão na Esplanada dos ministérios.

Em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, Lira condenou o que chamou de criminalização da política e classificou como "normal" que o governo tente formar sua base no Congresso "nos moldes" da forma como vem governando até aqui.

Segundo ele, isso se faz necessário porque o ministério formado na época da transição "não deu respaldo político" ao governo nos primeiros meses de mandato. Ele se esquivou da citação de nomes de possíveis novos ministros.

Em mais de uma ocasião, Lira defendeu a adoção do semipresidencialismo e lamentou não haver maioria para sua aprovação.

Em outro trecho do programa, Lira afirmou que a relação do dos parlamentares com o governo "tem melhorado". Ele manifestou essa avaliação ao ser questionado sobre o desempenho do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que foi alvo de suas críticas semanas atrás, antes da aprovação da **reforma tributária** pela Câmara.

Lira disse que Padilha teve "muita dificuldade" no seu trabalho durante um período porque "muitas vezes acertava certas situações" com parlamentares, mas depois o combinado não era cumprido.

O presidente da Câmara afirmou que Padilha "é um bom cara, é um bom companheiro" e o classificou como uma pessoa agradável. "Mas as coisas não estavam andando", completou, sem entrar em detalhes sobre o que não era cumprido.

Ao falar sobre a **reforma tributária**, o presidente da Câmara disse esperar que o Senado Federal consiga votá-la neste segundo semestre, mas ressaltou não ter o direito de fixar prazo para a casa revisora.

Segundo ele, se os senadores conseguirem vencer o tema neste semestre, de preferência com poucas alterações, a reforma será promulgada ainda neste ano.

Lira reconheceu que o texto aprovado na Câmara não é perfeito.

Ele elogiou o relator da matéria no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), e disse que a Casa tem condições de fazer melhoramentos em relação à reforma aprovada na Câmara.

Lira usou boa parte do programa para responder sobre suspeitas que pairam ao seu redor. Inquirido sobre o caso do chamado kit robótica - uma apuração da Polícia Federal sobre superfaturamento em materiais comprados para escolas a partir de emendas de parlamentares, ele afirmou não ter nenhuma relação com o tema.

Um dos investigados é seu exassessor Luciano Cavalcanti. Lira disse que Cavalcanti é seu amigo de longa data, mas deve responder sozinho por seus atos. "O que eu não posso é ser responsável por isso ou aquilo de outro CPF" Segundo ele, o inquérito da PF sobre o assunto tem 12 mil páginas "e não tem um A nem um B juntos que tratem do meu nome".

# Textos das reformas estão complexos demais, dizem economistas

**Rosana Hessel**

A primeira semana de retorno dos trabalhos do Congresso Nacional após o recesso promete ser agitada, em meio à 5ª reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que começa hoje e termina amanhã.

O Legislativo retomará a tramitação de duas importantes e complexas matérias econômicas: o projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal, o PLP 62/2023, e o da **reforma tributária** prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, agora no Senado Federal.

Essas matérias, que tinham como principal argumento a simplificação, estão ficando muito complexas e precisam ser melhor debatidas para cumprirem esse objetivo primordial, segundo analistas.

No caso do novo arcabouço fiscal, o grande número de exceções à regra pode tornar a meta fiscal pouco factível. Além disso, ela é muito mais flexível do que o teto de gastos, que foi imposto por emenda constitucional, pois poderá ser alterada no Congresso ao longo do ano, caso o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, peça aval para a mudança.

O novo arcabouço ainda precisa ser incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para balizar o Orçamento de 2024, cujo projeto de lei precisará ser encaminhado ao Legislativo até o dia 31 de agosto.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr., ex-diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), durante o seminário realizado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), na última quinta-feira (27/7), resumiu o novo arcabouço como um balaio de gatos ou uma barafunda, pois, segundo ele, foi votado pela maioria de deputados com uma série de mudanças, e muitos economistas ainda não sabem do que estão falando.

O arcabouço era para dar uma segurança, mas como dar segurança com um emaranhado de regras que ninguém entende?, questionou. Ele citou como dos problemas da proposta a banda para o resultado primário, de mais ou menos 0,25%. Talvez ela seja estreita demais, disse.

Monstros marinhos

Em artigo recente, Batista Jr. faz uma analogia com a mitologia grega, colocando a nova regra fiscal entre Scylla e Charybdis, dois perigosos seres marinhos representados por um monstro e um redemoinho - grandes ameaças aos navegadores, destruindo quem tentasse passar entre os dois.

Em síntese: no frigar dos ovos, depois de muita discussão, de modificações em uma, depois noutra direção, resultou um arcabouço complexo, pouco transparente, não tão eficaz para gerar a propalada confiança e, ao mesmo tempo, com viés restritivo, hostil ao crescimento econômico de que tanto precisa um país estagnado há cerca de 10 anos, escreveu.

A especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) também reconheceu que o arcabouço ficou muito complexo, pois depende muito do aumento de receitas que ainda não existem para ser cumprido. Contudo, ela reconheceu que a nova regra fiscal - que já passou pelo Senado no primeiro semestre e ainda precisa ser aprovada pela Câmara - ficou menos complicada do que a **reforma tributária**, que foi aprovada pelos deputados e precisa ser apreciada pelos senadores.

As emendas do arcabouço que ficaram com a Câmara são menos complexas do que a **reforma tributária**, que deverá demandar mais por conta da complexidade do sistema, observou.

Jabuti para criar novo imposto

Em relação à **reforma tributária**, Batista Jr. criticou o fato de a proposta transformar cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - em quatro. Além do Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e do Imposto Seletivo, no fim da votação na Câmara, foi incluído no texto o jabuti do imposto que pode ser criado pelos estados, na contramão da simplificação.

O progresso não é tão grande nesse ponto específico, afirmou ao Correio. Durante o seminário, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, defendeu um amplo debate sobre a reforma e um melhor detalhamento sobre o verdadeiro impacto na carga atual de **impostos**.

A diretora da IFI reconheceu o lado positivo de uma reforma depois de vários anos sem avanços. Contudo, também demonstrou preocupação com algumas exceções feitas na **reforma tributária**, que acabaram modificando a ideia de simplificação inicial e podem exigir uma carga tributária maior. Quanto mais exceções forem feitas e benefícios forem concedidos, mais sobrecarga será gerada naqueles setores que, eventualmente, não tenham esses benefícios. E tem outros pontos, como o Fundo de Desenvolvimento Regional, que ainda vão demandar muito debate, afirmou.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/negocios/2023/08/5113339-textos-das-reformas-estao-complexos-demais-dizem-economistas.html>**

# Análise: CPMI dos atos golpistas divide atenções com reforma tributária no Senado

**Luiz Carlos Azedo**

A semana começa no Senado em duas frentes: a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (PMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro retoma seus trabalhos, já agora com mais informações fornecidas pelo Ministério da Justiça sobre os investigados pela Polícia Federal; e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) inicia a discussão da **reforma tributária**, que veio da Câmara com um carregamento de jabutis que mantêm privilégios fiscais de diversos setores.

A CPI tomará, nesta terça-feira, o depoimento de Saulo Moura da Cunha, ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que ocupava o cargo de diretor da agência em 8 de janeiro, quando ocorreu a depredação de prédios públicos na Praça dos Três Poderes. Ele deixou a função no início de março. Seu depoimento é importante porque a Abin produziu diversos alertas sobre riscos de um ataque a prédios públicos de Brasília, inclusive na véspera das invasões e depredação de patrimônio público no domingo.

O depoimento ocorre após o vazamento do inquérito feito pelo Exército, que concluiu que faltou planejamento por parte do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), órgão da Presidência da República responsável pela segurança do Palácio do Planalto, que também não acionou a tropa de choque da Guarda Presidencial. Os dois responsáveis diretos pela defesa do palácio em 8 de janeiro eram oficiais indicados pelo general Augusto Heleno, chefe do GSI do governo Bolsonaro, e mantidos pelo general Gonçalves Dias, nomeado por Lula e que renunciou ao cargo após a invasão da sede do governo.

O relatório do Exército responsabiliza o general Carlos Feitosa Rodrigues, ex-secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, e o coronel Wanderli Baptista da Silva Junior, ex-chefe do Departamento de Segurança Presidencial, por não terem levado em consideração as informações da Abin e acionado as tropas do Exército. Como há forte suspeitas de que havia uma conspiração golpista com participação de militares que assessoravam diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, o depoimento de Saulo Moura é muito importante, mesmo se permanecer em silêncio. A omissão do GSI em 8 de janeiro é o principal argumento da oposição na CPMI de que a invasão dos palácios teria sido uma armação do

próprio governo para justificar a repressão aos acampados em frente ao quartel-general do Exército.

Durante o recesso, a relatora da CPMI, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), recebeu um volume grande de documentos sigilosos, que vão levar à apresentação de requerimentos para novas quebras de sigilo. Haverá reconvoções e acareações. Desde o início dos trabalhos, a CPMI já ouviu Mauro César Barbosa Cid, tenente-coronel do Exército e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal; George Washington de Oliveira Sousa, preso por tentativa de atentado próximo ao aeroporto de Brasília; Jean Lawand Junior, coronel do Exército, por causa das mensagens de conteúdo golpista que trocou com Mauro Cid; e Jorge Eduardo Naime, coronel e ex-chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal.

## Reforma

O relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), pretende alterar a proposta aprovada pela Câmara. Essas mudanças serão negociadas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o secretário extraordinário para a **Reforma Tributária**, Bernardo Appy. Braga poderá excluir do texto a criação de imposto estadual sobre as atividades de agropecuária, mineração e petróleo, o que aumentaria a carga tributária. Os setores mais bem organizados politicamente conseguiram fazer emendas na PEC da reforma para assegurar privilégios, mediante isenções fiscais. Isso pode reduzir a arrecadação federal, aumentar a carga tributária nos estados e provocar um aumento geral de alíquotas para compensar as perdas da União.

Aprovar a **reforma tributária** é a prioridade do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A reforma será discutida pela Comissão de Constituição e Justiça e encaminhada ao plenário para ser votada em dois turnos até outubro. Eduardo Braga já se reuniu com a equipe econômica e com o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Bruno Dantas. Com efetivação das mudanças no texto, a reforma terá que voltar à Câmara, para nova votação. Por causa disso, o governo terá de negociar em duas frentes: o Senado e a própria Câmara, para que o texto dos senadores seja aceito.

Além de criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com a unificação de PIS, Cofins e IPI, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a partir do ICMS e ISS, a reforma prevê que a cobrança será no local do destino onde o bem ou serviço é adquirido. A proposta tem por objetivo acabar com o efeito cascata dos **impostos** sobre produtos e serviços no caminho até chegar ao consumidor e simplificar a arrecadação, desonerar as empresas de custos administrativos e evitar demandas judiciais. Também cria o cashback para devolver o tributo pago por famílias de baixa renda; aumenta o imposto sobre heranças e sobre produtos prejudiciais à saúde, como bebidas e cigarros; e ainda taxa jatinhos e lanchas.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
CPMI dos atos golpistas divide atenções com **reforma tributária** no Senado

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/08/5113306-analise-cpmi-dos-atos-golpistas-divide-atencoes-com-reforma-tributaria-no-senado.html>**

# Caixa vai repassar R\$ 12 bi ao Tesouro após achar erro em depósitos judiciais

**Idiana Tomazelli**

A Caixa vai repassar mais de R\$ 12 bilhões à União após constatar a retenção de depósitos judiciais que, por lei, deveriam ter sido direcionados à conta única do Tesouro Nacional. A atual direção do banco atribuiu o caso a um erro e determinou a abertura de uma auditoria para apurar o ocorrido, segundo a instituição informou à Folha.

O tema vem à tona após o governo de Lula (PT) ampliar em R\$ 12,6 bilhões sua projeção de arrecadação com "outras receitas administradas" no relatório de avaliação do Orçamento do 3o bimestre, divulgado em 21 de julho. "O crescimento dessa rubrica é explicado pela expectativa de transferência, pela Caixa, de depósitos judiciais, para a Conta Única do Tesouro Nacional, em 2023", diz o documento.

A receita extraordinária ajuda o ministro Fernando Haddad (Fazenda) a reduzir o déficit fiscal programado para 2023 -que, ainda assim, está em R\$ 145,4 bilhões, mais do que os cerca de R\$ 100 bilhões prometidos pela equipe econômica. Sem essas receitas, o rombo já estaria próximo dos R\$ 158 bilhões.

O Ministério do Planejamento e Orçamento disse que apenas "consolidou" o relatório e que informações adicionais deveriam ser fornecidas por Fazenda e Caixa. Os dois órgãos foram procurados, mas nenhum esclareceu a que se referem os depósitos ou o período em que houve a retenção indevida.

A Fazenda afirmou somente que se trata de levantamento feito na Caixa "de depósitos judiciais não transferidos anteriormente por erros nos registros, que serão regularizados neste exercício".

A Caixa, por sua vez, disse que identificou "situação em que, por erro nas informações prestadas pelo depositante no ato da abertura da conta de depósito judicial, os referidos valores não tiveram a destinação prevista nas leis 9.703/1998 e 12.099/2009".

A lei de 1998 prevê que depósitos judiciais e extrajudiciais de valores referentes a **tributos** e contribuições federais devem ser feitos na Caixa, que, por sua vez, fará o repasse do dinheiro à conta única do Tesouro em um prazo de aproximadamente 30

dias. Caso a União seja derrotada na ação judicial, as cifras serão devolvidas com correção ao banco, que as restitui ao depositante.

Os depósitos feitos antes de 1998 também seriam repassados à conta única, conforme cronograma fixado pelo Ministério da Fazenda.

Já a lei de 2009 estendeu o alcance dessa regra aos depósitos não tributários relativos à União e os tributários e não tributários relativos a fundos públicos, autarquias, fundações públicas e demais entidades federais. Ainda fixou um prazo de 180 dias para o repasse dos valores pré-1998 à conta única do Tesouro.

"A Caixa esclarece que a atual gestão informou ao Tesouro os valores relativos a depósitos judiciais que podem ser transferidos para a União assim que tomou conhecimento da situação. O banco está providenciando o repasse dos valores ao órgão", disse o banco em nota à Folha.

"Para apurar os motivos pelos quais os valores não foram transferidos anteriormente, a direção determinou a abertura de uma auditoria."

A reportagem apurou que o TCU (Tribunal de Contas da União) deve fazer diligências, no âmbito do acompanhamento bimestral do Orçamento.

Segundo interlocutores, esclarecimentos preliminares indicam que os valores se referem a um estoque de depósitos judiciais que estavam sem a devida identificação dos órgãos ou das entidades a que pertenciam. Diferentes técnicos ouvidos reservadamente pela reportagem afirmam que o caso é inusitado e merece investigação, pois a retenção desses valores pela Caixa pode ter dado ao banco uma fonte barata de recursos para conceder novos empréstimos, além de ter contribuído para melhorar o resultado da instituição financeira -variável relevante para determinar, por exemplo, a distribuição de dividendos à União.

Se tivessem sido repassados à conta única do Tesouro, esses recursos teriam sido remunerados de acordo com a rentabilidade dos títulos públicos da carteira do BC. Essa taxa é, em boa parte do tempo, próxima à Selic, mas pode ser inclusive maior.

Entre 2009 e 2022, a remuneração da conta única ficou entre 7,32% e 13,75% ao ano. Trata-se de taxa superior à que corrigiu os depósitos retidos indevidamente -que seria de até TR mais 6% ao ano, segundo relatos.

Uma vez identificado o problema, técnicos entendem que a Caixa deveria absorver o prejuízo e recolher a diferença entre a correção feita e a remuneração maior que seria devida. Do contrário, ela estaria dando uma espécie de calote em quem efetuou o depósito (autor da ação judicial) ou na própria União, a depender de quem ganha a disputa.

O problema é que o impacto pode ser significativo para a Caixa, que já enfrenta uma situação pouco confortável, com piora em seus indicadores de capital e risco.

O chamado índice de Basileia indica quanto de capital dos sócios o banco deve ter em relação aos recursos emprestados. As normas exigem que, para cada R\$ 100 emprestados, os bancos tenham R\$ 11,50 de capital dos sócios (um índice de 11,50%). No caso da Caixa, a única sócia é a União.

A Caixa encerrou o primeiro trimestre com um índice de Basileia de 17,63%, uma piora em relação a igual período de 2022 (19,52%).

A instituição também tem sofrido perdas com duas linhas de crédito lançadas em 2022, ano eleitoral, sob Jair Bolsonaro (PL). O chamado SIM Digital, que concedeu crédito para negativados, tem taxa de inadimplência próxima de 80%. Outra modalidade problemática foi o consignado do Auxílio Brasil. Ambas são alvo de outra auditoria.

A reportagem também procurou o BC, regulador do sistema financeiro, mas não houve resposta até a publicação deste texto.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50355&anchor=6481011&maxTouch=0&\\_ga=2.170638624.1872260513.1690772705-1980247189.1672582619&\\_mather=757bf67604fe4aa8&pd=5fe050d8723dee19d459a75351f32de8](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50355&anchor=6481011&maxTouch=0&_ga=2.170638624.1872260513.1690772705-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=5fe050d8723dee19d459a75351f32de8)**

# Argentina usa recursos da China para pagar FMI

**JANAÍNA FIGUEIREDO**

Depois de várias semanas de suspense, a Casa Rosada anunciou ontem o pagamento de um vencimento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de US\$ 2,7 bilhões. Para saldar o compromisso e evitar um temido calote, o governo do presidente Alberto Fernández usou re-cursos de um swap (acordo entre bancos centrais) com a China e um empréstimo de curto prazo com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Hoje a Argentina ainda terá de pagar US\$ 758 milhões ao FMI, em juros.

Na sexta-feira, o governo argentino e o Fundo fecharam um acordo que vai liberar para o país US\$ 7,5 bilhões nos próximos meses. O entendimento foi possível graças a vários waivers (perdões) concedidos pelo FMI devido ao não cumprimento de metas por parte da Argentina, entre elas a não acumulação de reservas e um resultado fiscal primário abaixo do esperado.

A longa negociação teria levado, de acordo com fontes de organismos internacionais, à flexibilização das metas. O Fundo, segundo essas fontes, reconheceu os enormes desafios **impostos** pela pior seca já sofrida pelo país em cem anos e seu impacto negativo nas exportações e receitas fiscais.

## TOO BIG TO FAIL'

Em comunicações oficiais, o FMI falou na importância do "crescimento sustentável, resiliente e inclusivo no médio prazo", termos pouco comuns em seus entendimentos. Segundo outra fonte, a Argentina conseguiu um acordo inédito. Em troca, a Casa Rosada concordou em aplicar uma série de medidas nas próximas semanas.

Como explicou uma fonte de um importante organismo internacional em Washington, a Argentina é too bigtofail (grande demais para quebrar). Isso significa que o país, membro de peso do FMI, recebeu uma ajuda extraordinária, em grande medida, pelo impacto que um eventual calote argentino poderia causar no organismo e na região.

- Não vamos usar sequer um dólar de nossas reservas para pagar o FMI - afirmou ontem o ministro da Economia e candidato à Presidência Sérgio Massa,

em cadeia nacional de rádio e TV. -O programa tem dois momentos de desembolsos: um na terceira semana de agosto, e outro em novembro.

Massa, em campanha eleitoral, aproveitou para alfinetar a oposição às vésperas das primárias, no próximo dia 13:

-O acordo (com o FMI) é provavelmente a pior herança do governo anterior, basicamente porque se trata de uma dívida que não está em estradas, nem escolas ou hospitais, não melhorou a vida das empresas nem das famílias.

Nas últimas semanas, Massa, que não consegue decolar nas pesquisas, comandou as conversas com o Fundo, convencendo o organismo da necessidade de socorrer a Argentina. O ministro falou da grave seca, dos danos causados pela pandemia e da necessidade de recuperar as reservas do Banco Central, atualmente no vermelho.

## ALTERNATIVA DE PAGAMENTO

As dúvidas sobre o pagamento ontem eram grandes. Na última sexta-feira, perguntado pelo GLOBO, um importante assessor do ministro admitiu que o governo ainda buscava uma alternativa para honrar o vencimento. A decisão de usar o swap com a Chi na e o socorro emergencial da CAF foram a solução mais viável.

Com esse alívio, o governo espera chegar às eleições presidenciais, em outubro, sem grandes sobressaltos. Um dos grandes temores da Casa Rosada é uma forte desvalorização da moeda antes das eleições, o que impactaria numa taxa de **inflação** que já supera 100% ao ano. O dólar paralelo já é cotado a 550 pesos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Fraqueza econômica da China alimenta temor de deflação

Os indicadores de atividade industrial e de serviços na China continuaram fracos em julho, uma prova de que a segunda maior economia do mundo perde impulso, apesar das autoridades mostrarem alguma disposição para tentar reverter essas tendências.

Uma série de desafios econômicos tem afetado as perspectivas da China, entre eles o desemprego entre os jovens, as pressões deflacionárias e uma desaceleração prolongada do mercado de imóveis. A economia chinesa como um todo mal cresceu no segundo trimestre.

Dados divulgados ontem sugerem que a debilidade prosseguiu em julho. O Departamento Nacional de Estatísticas informou que seu índice de atividade industrial se manteve em território de contração pelo quarto mês consecutivo, enquanto uma medida da atividade do setor de serviços caiu para seu nível mais baixo neste ano.

Também apontaram números decepcionantes sobre emprego, construção e exportações.

Esses são os primeiros dados sobre o segundo semestre e os mais recentes a mostrarem como o impulso pós-pandemia do consumo vem se dissipando diante de desafios como o desemprego entre os jovens, que chega a 21%, e mais sinais de fraqueza nos setores de construção e compra de imóveis.

Mas as autoridades chinesas parecem relutantes em intervir de modo significativo, mesmo diante de um padrão de fragilidade que reduz a confiança das pessoas e das empresas de maneira que ameaça a piorar a crise.

Para economistas, o plano de 31 pontos divulgado no início de julho com o objetivo de fortalecer o setor privado e melhorar o sentimento das empresas era limitado em seu escopo. Também consideraram tímidas as medidas anunciadas ontem pela agência estatal de planejamento da China para construir mais shopping centers em áreas remotas, promover a revitalização de bairros e pressionar os governos locais para que incentivem as vendas de automóveis.

Essas ações visam estimular o investimento quando a dívida é um problema, em contraposição a medidas como cortes de **impostos** ou subsídios que poderiam

colocar dinheiro diretamente nas mãos dos consumidores e estimular uma atividade de consumo mais imediata.

"Pensando para o futuro, o apoio político é necessário para evitar que a economia da China caia em recessão", escreveram economistas da Capital Economics.

O principal dado de ontem, o índice oficial de atividade industrial da China, subiu de 49 em junho para 49,3 em julho - mas continuou abaixo da marca de 50 que separa expansão de contração pelo quarto mês seguido.

Mais do que um contraste com o desempenho dos EUA depois da pandemia da covid, a fraqueza econômica da China representa riscos dentro e fora de suas fronteiras.

Isso é especialmente verdadeiro à medida que as pressões deflacionárias se tornam mais visíveis.

Preços em queda empurrariam a economia da China ainda mais para baixo, pois levaria as empresas a perder dinheiro, os clientes a adiar encomendas e à necessidade de reduzir o número de funcionários.

E embora os produtos mais baratos da China possam atrair consumidores ao redor do mundo, a deflação também significaria menos poder de compra chinês para bens produzidos no exterior.

As autoridades chinesas e alguns economistas rejeitam a ideia de que a economia está à beira da deflação. Afinal, Pequim ainda projeta um crescimento de 5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023, o que superaria a maioria das grandes nações - algumas das quais próximas a uma recessão.

Ainda assim, a série de dados econômicos decepcionantes da China e os sinais de declínio da confiança em todas as áreas, de valores das residências até as perspectivas de emprego, sugerem a outros economistas que, depois de décadas de expansão constante, o país pode estar diante de uma estagnação prolongada, como a do Japão nos anos 1990.

As dívidas alimentaram boa parte do crescimento da

China nos últimos anos, com a economia impulsionada por investimentos que possibilitaram ao governo a construção de pontes, ferrovias, residências e outras obras. As autoridades não implementaram políticas vistas como necessárias para criar um mercado consumidor que poderia colocar a expansão na economia, de US\$ 18 trilhões, num caminho mais sustentável.

O índice de atividade é considerado um indicador antecedente da economia e os subíndices de julho apontaram para o quinto mês consecutivo de contração do nível de emprego e para o menor grau de atividade econômica no setor de serviços desde dezembro, quando Pequim abandonou sua política de covid-zero que havia estrangulado o setor de viagens e de restaurantes por três anos. Um subíndice de construção civil caiu para 51,2 pontos em julho - o menor patamar desde fevereiro de 2020.

A Capital Economics prevê que a demanda global por bens chineses vai desaquecer ainda mais e enfraquecer as exportações do país. Os dados de ontem chamaram a atenção para esse risco, já que um subíndice de novas encomendas por produtos de exportação caiu para seu nível mais baixo em seis meses, embora o total de novas encomendas tenha melhorado um pouco.

Robert Carnell, economista do ING, prevê que mais uma queda acentuada na atividade de serviços, que também perdeu força em julho, poderá empurrá-lo para níveis próximos à zona de contração, o que neutralizaria os efeitos de qualquer melhoria registrada pela indústria de transformação.

Economistas dizem que Pequim está sinalizando a possível chegada, no curto prazo, de maior apoio da parte das políticas públicas, embora esse tipo de ação tenha se mostrado fragmentada. "Até agora, isso não se traduziu no tipo de estímulo de política fiscal considerável que muitos no mercado se acostumaram a esperar", disse Carnell.

"Achamos que não virá." "A não ser que seja distribuído apoio concreto em breve, a recente desaceleração da demanda corre o risco de se autorreforçar", observou a Capital Economics.

O Politburo, o principal órgão de tomada de decisões da China, reconheceu na semana passada que as políticas habitacionais têm de ser corrigidas, e muitas cidades abrandaram as restrições a compras de imóveis que foram impostas durante os anos de surto de crescimento imobiliário. A empresa privada de dados China Real Estate Information disse ontem que as 100 maiores construtoras do país venderam US\$ 49 bilhões em unidades residenciais particulares em

julho, 33% menos do que em junho e o total mensal mais baixo dos últimos três anos.

# Ministros elevam pressão por corte maior de juros

**ELIANE OLIVEIRA, VITOR DA COSTA E JOÃO SORIMA NETO**

As vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, ganhou força a pressão de ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por uma queda mais substantiva da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

Ontem, o vice-presidente Geraldo Alckmin, que chefia a pasta do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e o ministro Rui Costa, da Casa Civil, defenderam que a Selic caia pelo menos 0,50 ponto percentual, e não 0,25 ponto, como espera boa parte do mercado, com base em sinalizações da autoridade monetária.

O Copom se reúne hoje e amanhã para decidir qual será a taxa básica de juros. O mercado financeiro projeta o início do ciclo de queda da Selic.

Depois de participar de um evento em São Paulo, Alckmin reforçou o coro por um corte de 0,5 ponto. Ele tem argumentado que os juros precisam cair, para que a economia possa crescer. Ele ressaltou que o governo tem feito seu dever de casa:

- Entendemos que há todas as condições para ter uma redução forte da Taxa Selic. Acho que o Brasil está vivendo um bom momento e fazendo as reformas.

## FOCUS: INFLAÇÃO MENOR

Em entrevista a Andréia Sadi, do GI, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse esperar uma queda acima de 0,5 ponto e citou o Chile:

-A minha expectativa é de 0,5 para cima. O Chile tirou 1 (ponto) agora.

Na sexta-feira, o Banco Central chileno reduziu sua taxa básica de juros de 11,25% para 10,25%, surpreendendo o mercado, que esperava um corte entre 0,50 e 0,75 ponto.

A expectativa de redução da Selic foi reforçada ontem pelo Boletim Focus, do BC, que traz as projeções de analistas do mercado financeiro.

Pela segunda semana consecutiva, caíram as previsões para a inflação neste ano e no próximo. A estimativa para dezembro recuou de 4,90% para 4,84%. Para 2024, a projeção caiu de 3,90% para 3,89%.

Em junho, o IPCA acumulado em 12 meses ficou em 3,16%.

Já as projeções para a Selic no fim deste ano se mantiveram em 12%. Para o fim de 2024, a estimativa recuou de 9,50% para 9,25%.

Com relação ao desempenho da economia, a previsão para o PIB em 2023 continuou em 2,24%. Esta projeção está praticamente em linha com a do Fundo Monetário Internacional (FMI), que ontem afirmou esperar crescimento de 2,1% este ano.

Em seu relatório, divulgado ontem, o FMI afirmou que a Reforma Tributária -já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado -vai modernizar o regime fiscal e dar impulso ao crescimento da economia. O organismo, no entanto, ressaltou que ainda são necessárias reformas pelo lado dos gastos do governo, como as despesas com aposentadorias e com o serviço público.

O FMI ainda dedicou um capítulo do relatório ao Pix, que classificou de "amplamente bem-sucedido". Para o organismo, o único desafio agora é "solidificar a liderança global do Brasil em sistemas de pagamento instantâneo."

## ENCONTRO COM BANCOS

As críticas do governo ao Copom -e, por tabela, ao presidente do BC, Roberto Campos Neto - começaram logo depois de Lula assumir. Ao presidente somaram-se membros do PT e de partidos que formam sua base no Congresso.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é um dos que mais defendem uma queda mais forte da Selic. Para ele os indicadores econômicos, como a inflação, abrem espaço para uma redução considerável.

Haddad se reuniu ontem com banqueiros, em São Paulo, para discutir o maior acesso ao crédito. Um dos entraves para o financiamento são os juros elevados.

Participaram da reunião Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); Milton Maluhy, presidente do Itaú; Octávio Lazari, do Bradesco; Mario Leão, do Santander; e André Esteves, do BTG.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, também tem criticado o patamar da Selic. Recentemente, ao falar sobre o Desenrola Brasil, de renegociação de dívidas, ela disse que, com os juros atuais, será preciso um programa como esse por ano.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Incerteza é a menor desde novembro de 2017, indica FGV

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) caiu 4,1 pontos em julho, para 103,5 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O recuo, o quarto consecutivo, levou o indicador ao menor patamar desde novembro de 2017 (103,1 pontos), disse Anna Carolina Gouveia, economista da FGV responsável pelo indicador.

Segundo ela, a melhora nos principais indicadores macroeconômicos, como **inflação**, **PIB**, e emprego, junto com a resiliência de **serviços**, levaram ao resultado.

A especialista lembrou que, no último mês, houve queda nos principais indicadores de **inflação**. O IPCA-15 de julho, prévia do IPCA, indicador oficial de **inflação** do país, teve queda de 0,07%, informou o IBGE. O IGP-M, calculado pela FGV, caiu 0,72% em julho.

Ao mesmo tempo, o **PIB** do primeiro trimestre foi bem acima do esperado, impulsionado pelo setor agropecuário. A economia brasileira cresceu 1,9% ante quarto trimestre de 2022. Outro aspecto notado por ela foram os bons desempenhos de mercado de trabalho.

Na semana passada, o IBGE anunciou taxa de desemprego de 8% no segundo trimestre, menor taxa para segundo trimestre desde 2014.

"E tivemos ainda resiliência no setor de serviços", acrescentou ela. Esse setor, que representa quase 70% do **PIB**, cresceu 0,9% em maio, na ótica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, após cair 1,5% em abril.

A combinação desses fatores, explicou ela, levou a quadro melhor nos dois principais componentes usados para cálculo do IIEBr.

Em julho, o componente de Mídia caiu 2,6 pontos, para 101,9 pontos, menor nível desde fevereiro de 2015 (99,7 pts.). Somente esse tópico levou a uma contribuição de decréscimo de 2,3 pontos para o indicador de incerteza do mês.

Já o componente de Expectativas, que mede a dispersão nas previsões de especialistas para variáveis macroeconômicas, caiu 8,2 pontos, para

108,6 pontos, afetando negativamente com 1,8 ponto.

E não foi somente a incerteza com a economia que mostrou recuo, acrescentou ela. A técnica informou que a FGV tem dois outros indicadores de incerteza, nos campos da política e do fiscal, tratados internamente como forma de mensurar melhor evolução do IIEBr.

De junho para julho, o indicador de incerteza política caiu 5,6 pontos, para 97,1 pontos; e o fiscal caiu 1,1 pontos, para 103,5 pontos.

Para ela, nos últimos meses, há mais clareza sobre a condução de política econômica, o que ajudou a reduzir incerteza política.

# Nordeste puxa crescimento em 2023, mostra estudo

Nordeste e Centro-Oeste devem o crescimento da economia este ano. Trabalho recém-finalizado pela Tendências Consultoria mostra que o **PIB** da região central do país pode avançar 2,3% em 2023, enquanto a economia nordestina deve crescer 2,4%. A estimativa para a média nacional é de 1,9%.

Segundo a consultoria as regiões serão puxadas por agropecuária e indústria - com destaques para a retomada da produção de alumínio no Maranhão, parada desde 2015 -, além da boa evolução do turismo. O economista Lucas Assis, da Tendências, afirma que o Centro Oeste segue beneficiado por soja, cana, biocombustíveis e carnes.

Segundo as estimativas da consultoria, o terceiro maior avanço neste ano será do Sul, com crescimento de 2,2%. Além da recuperação de grãos, a produção avícola na região também se destaca.

O **PIB** do Norte deve crescer 2,1% até dezembro, com forte crescimento do abate de bovinos.

Contudo, os resultados mais fracos da indústria extrativa no Pará explicam o desempenho ligeiramente acima da média nacional, segundo a projeção.

O Sudeste é a única região para a qual se espera avanço menor do que a média do país - de 1,7%. "A região é altamente industrializada e o setor deve apresentar um desempenho relativamente menor em 2023", diz Assis.

Há, ainda no cenário, uma série de desafios ligados à demanda interna por bens industriais.

Para o longo prazo, a expectativa da Tendências é de avanço mais forte no Nordeste - com crescimento anual médio do **PIB** regional estimado de 2,7% entre 2024 e 2032 -, seguido por Centro Oeste e Norte, com 2,5% cada, contra a média nacional de 2%.

No Nordeste deve haver ganho a partir da evolução de negócios em gás natural e petróleo, além de produção de energia eólica. Em infraestrutura entram na conta concessão de aeroportos, evolução da ferrovia de integração Oeste-Leste, e distribuidoras de energia e empresas de saneamento.

"O turismo, setor que também gera bastante empregos

locais, deve ser estimulado nos próximos anos sobretudo pela desvalorização do real frente ao dólar", diz.

"As transferências governamentais devem continuar em patamar elevado, garantindo consumo de bens e serviços das famílias".

O Centro Oeste seguirá beneficiado pelo avanço na agropecuária.

As projeções são "muito positivas" para soja e milho, diz Assis, commodities de maior peso na produção agropecuária local. "Isso consideradas as premissas de normalidade climática e de boa remuneração dos produtores", afirma.

"As projeções são positivas para o Centro Oeste ainda que tenham fatores que possam limitar o crescimento do **PIB** regional", afirma. Ele cita a "ligeira desvalorização" do real, que pode encarecer custos de produção, e o impacto para a renda das famílias da projeção para a inflação.

Em contrapartida, Sudeste e Sul devem crescer relativamente abaixo da média nacional até 2032, com avanços de 1,8% e 1,6%, nessa ordem. O desempenho de indústrias "pouco dinâmicas" pesam na conta, embora o setor automotivo tenha espaço para avançar.

Apesar dos avanços individuais de cada região, a maior participação em valor absoluto no **PIB** do país é do Sudeste, com 51,9% do total, conforme dado de 2020, diz o economista. Em seguida estão Sul (17,2%), Nordeste (14,2%), Centro Oeste (10,4%) e Norte (6,3%). (EP)